MONTEIRO ARANHA S.A.

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES AÇÃO

abrasca companhia associada

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas por parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

ATIVIDADES DA COMPANHIA: A Monteiro Aranha S.A. ("MASA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), tendo como principal atividade a participação em outras sociedades.

CONTEXTO DE NEGÓCIOS EM 2021: No exercício social de 2021, a MASA apresentou um lucro líquido consolidado de R$ 591 milhões, comparado com um prejuízo de R$ 9 milhões no exercício social de 2020.O resultado maior em 2021 é explicado principalmente (i) pelo maior resultado de equivalência patrimonial (R$ 176 milhões em 2021 vs. -R$ 123 milhões em 2020), devido aos maiores resultados da coligada Klabin S.A. (R$ 172 milhões em 2021 vs. -R$ 166 milhões em 2020), compensado parcialmente pelos menores resultados da coligada Ultrapar Participações S.A. (R$ 6 milhões em 2021 vs. R$ 40 milhões em 2020) e das demais coligadas e controladas em conjunto (-R$ 2 milhões em 2021 vs. 3 milhões em 2020); (ii) pelos maiores resultados de outras receitas/despesas operacionais (R$ 367 milhões em 2021 vs. R$ 120 milhões em 2020), devido, principalmente, aos maiores resultados com ajuste a valor justo de investimentos e dividendos das investidas não avaliadas por equivalência patrimonial (R$ 343 milhões em 2021 vs. R$ 47 milhões em 2020), compensado parcialmente pelos menores resultados na variação do percentual de participação em investidas (R$ 0 milhões em 2021 vs. R$ 20 milhões em 2020), pelos menores resultados na alienação de participações (R$ 48 milhões em 2021 vs. R$ 51 milhões em 2020) e pela baixa dos resultados abrangentes na perda da coligação de Ultrapar Participações S.A. (-R$ 26 milhões); (iii) menores provisões de IRPJ e CSLL diferidos devido aos resultados tributáveis diferidos dos fundos de investimentos, da alienação de investimentos e estoques (-R$ 40 milhões em 2021 vs. -R$ 75 milhões em 2020) e (iv) pelo maior resultado financeiro líquido (R$ 126 milhões em 2021 vs. R$ 96 milhões em 2020) devido, principalmente aos maiores resultados dos fundos de investimento (R$ 139 milhões em 2021 vs. R$ 110 milhões em 2020), as menores provisões de PIS/COFINS (-R$ 2 milhões em 2021 vs. -R$ 11 milhões em 2020), a maior atualização monetária do contas a receber pela alienação de investimentos (R$ 9 milhões em 2021 vs. R$ 4 milhões em 2020) e aos maiores rendimentos em renda fixa (R$ 8 milhões em 2021 vs. R$ 5 milhões em 2020), compensados parcialmente pelos maiores encargos sobre debêntures (-R$ 16 milhões em 2021 vs. -R$ 6 milhões em 2020) e maiores encargos sobre empréstimos (-R$ 11 milhões em 2021 vs. -R$ 6 milhões em 2020). Em 2021, foram declarados R$ 540 milhões de proventos sendo: (i) R$ 499 milhões em dividendos e (ii) R$ 41 milhões em juros sobre capital próprio. Em 2021, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures, no valor de R$ 500.000, não conversíveis em ações e em série única. As debêntures terão vencimento em 5 anos, com amortizações semestrais em 5 parcelas de 2024 a 2026, e com remuneração correspondente a taxa de CDI e acréscimo de taxa fixa de 1,35% ao ano, com pagamentos semestrais entre 2022 e 2026, com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, sem *covenants* financeiros. Em 2021, a Companhia realizou a portabilidade de parte de seus contratos de CCB, mantendo o montante de R$ 200.000, com taxa de juros de CDI e acréscimo de taxa fixa entre 0,55% a 1,50% ao ano, vencimentos ao longo de 2022, com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações e outras aplicações financeiras, sem *covenants* financeiros. Em 2021, em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Ultrapar Participações S.A. e da Companhia, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisórios da Ultrapar Participações S.A., passando a não ter mais influência significativa, e portanto, cessando sua relação de coligação mensurada por equivalência patrimonial, passando o investimento em Ultrapar ser mensurado a valor justo. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Companhia, aprovada em assembleia geral extraordinária, no valor de R$ 100.000, sem cancelamento de ações, facultado aos acionistas a restituição por meio do recebimento de units de Klabin ou recebimento em dinheiro. Transcorrido o prazo de manifestação pela opção de restituição, acionistas titulares de 12.236.487 ações ordinárias de emissão da Companhia, mantiveram o procedimento padrão, por meio da restituição em units de Klabin e receberam 19.074.434 units, sem impacto em sua avaliação de investimento com influência significativa, enquanto os titulares das demais 14.734 ações ordinárias optaram pela restituição em dinheiro. Em 2021, foram realizadas também as reduções de capital da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., no valor de R$ 105.000, e da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., no valor de R$ 64.800, aprovadas em assembleia geral extraordinária, sem cancelamento de ações.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Klabin S.A.: Com uma receita líquida de R$ 16,5 bilhões em 2021, a Klabin S.A. apresentou crescimento de 38% sobre a receita líquida do ano anterior. O EBITDA ajustado somou R$ 6,9 bilhões, 40% acima dos R$ 4,9 bilhões verificados em 2020. Em 2021, a Klabin S.A. investiu R$ 3,9 bilhões. Ao final de 2021, o endividamento líquido era de R$ 20,9 bilhões, sendo 6% do endividamento bruto com vencimento no curto prazo, e 74% (incluindo *swaps*) denominado em moeda estrangeira. A relação dívida líquida/EBITDA, medida em reais, era de 3,0 vezes ao final de 2021, inferior ao índice de 4,0 vezes apresentados ao final de 2020. Em 2021, a Klabin S.A. teve um lucro líquido de R$ 2,0 bilhões, comparado ao prejuízo de R$ 2,5 bilhões verificados em 2020. Em 2021, MASA reconheceu em seu resultado uma receita de equivalência patrimonial de R$ 172 milhões e recebeu R$ 18,7 milhões de dividendos e R$ 6,3 milhões de juros sobre capital próprio de Klabin S.A. **Ultrapar Participações S.A.:** Ao final do exercício social de 2021, a Companhia detinha de forma direta e indireta através do FIA Bergen 4,1% do capital social na Ultrapar Participações S.A. (45.675.198 ações), sem influência significativa, no valor de R$ 664 milhões, verificado através da cotação da Ultrapar na B3 no final do exercício social. A Companhia e o FIA Bergen receberam após a perda da relação de coligação, R$ 9 milhões de proventos da Ultrapar em 2021. **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas:** Ao final do exercício social de 2021, a Companhia detinha de forma indireta através do FIA Nordland 8,7% do capital social na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (8.880.897 ações), sem influência significativa, no valor de R$ 256 milhões verificado através da cotação da BrasilAgro na B3 no final do exercício social. O FIA Nordland recebeu R$ 23 milhões de proventos da BrasilAgro em 2021. **Investimentos Imobiliários:** Em 2020, a controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. deu continuidade à comercialização do empreendimento denominado "Nobre Norte Residencial", um projeto residencial de 470 unidades, na Zona Norte do Rio de Janeiro, localizado próximo ao "Norte Shopping", no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, que detém 60%. O empreendimento, lançado em 2014, foi concluído no último trimestre de 2017 e registra 99% de suas unidades vendidas até 31 de dezembro de 2021. Em 2020, foi concluído o empreendimento denominado "Reserva do Conde", um residencial de 120 unidades, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., com 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%. O empreendimento foi lançado em 2017 e obteve seu habite-se em 2020, tendo 99% de suas unidades vendidas até 31 de dezembro de 2021. Ao longo de 2021, a Companhia manteve sua participação em fundo de investimentos em empreendimentos imobiliários (FII), dedicados à aquisição de empreendimentos imobiliários voltados para o uso comercial, caracterizados como Shopping Centers. **Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica:** Em 2021, dois fundos, o BTG Pactual Infraestrutura II Energia e BTG Pactual Infraestrutura III Energia, dos quais era cotista o Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (FIP Alta), fundo exclusivo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, foram liquidados e encerrados após a realização da venda de seus ativos. Com essa venda, os compromissos de investimento que o FIP Alta possuía com esses fundos, que totalizavam R$ 15 milhões ao final do exercício de 2020, do quais R$ 5 milhões já haviam sido integralizados, foram encerrados, não restando, assim, novas chamadas de capital destes fundos. Esses fatos levaram o valor total comprometido pelo FIP Alta para R$ 10 milhões dos quais R$ 7 milhões já foram integralizados. **Investimentos em Geração Distribuída de Energia Elétrica:** Em 2021, o FIP Alta realizou um compromisso de aporte adicional de R$ 1 milhão no Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura (FIP Ares 2), totalizando um compromisso total de R$ 42 milhões. No 4º trimestre de 2021, o FIP Ares 2 passou por uma reorganização e foi transformado em fundo de investimento em cotas de fundo de ações, nomeadamente no Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações (FIC de FIA Ares 2). Até o final do exercício de 2021, o FIP Alta havia integralizado R$ 25 milhões no FIC de FIA Ares 2. **Investimentos em Fibra Ótica:** Em 2021, o FIP Alta, se comprometeu a realizar aportes de até R$ 130.000, em Fundo de Investimento em Participação (FIP) dedicado a investimentos em fibra ótica. **Investimentos em Outras Participações:** Em 2021, após o cumprimento das condições suspensivas, o FIP Alta, adquiriu 2.731.801 ações ordinárias de emissão da Nortec Química S.A., por R$ 41.755, representando 23% do capital da companhia, com mensuração a valor justo, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Em ato contínuo à aquisição, foram firmados também contratos de opção de venda de até a totalidade da participação do FIP Alta na companhia, e opção de compra de mais 2.375.479 ações ordinárias, avaliados a valor justo, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, a Administração da Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em seu relacionamento com o auditor independente, buscou avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. iniciou seus serviços de auditoria externa para a Companhia em 2017.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: A Administração de MASA, declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	223.018	197.286	225.382	199.646
Aplicações financeiras	6	535.315	439.747	535.603	439.747
Dividendos e JCP a receber	7	2	17.788	7	20.657
Créditos com operações financeiras	8	14.252	–	14.252	–
Alienação de investimentos	9	7.201	–	12.086	18.062
Alienação de estoques	9	–	–	62.733	22.176
Contas a receber	–	123	63	474	1.147
Estoque de imóveis a comercializar	11	–	–	–	1.264
Tributos a recuperar	12	9.820	16.165	10.246	16.982
Outros	–	284	29	284	29
Total do ativo circulante		790.015	671.078	861.067	719.710
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras	6	457	485	457	485
Alienação de investimentos	9	–	6.602	–	11.117
Alienação de estoques	9	–	–	–	66.000
Partes relacionadas	10	67.560	23.801	1.664	374
Estoque de imóveis a comercializar	11	–	–	10.930	10.930
Ações preferenciais resgatáveis	10	–	–	–	2.409
Tributos a recuperar	12	9.267	–	9.267	–
Outros	–	791	1.445	791	1.446
Investimentos em controladas e coligadas	14	289.190	775.050	274.288	670.196
Outras participações	14	964.242	134.251	964.242	134.251
Propriedades para investimentos	15	23.129	23.051	23.129	23.051
Outros investimentos	–	183	183	183	183
Imobilizado	16	10.457	10.318	10.474	10.333
Intangível	–	33	29	33	29
Total do ativo não circulante		1.365.309	975.215	1.295.458	930.804
Total do ativo		**2.155.324**	**1.646.293**	**2.156.525**	**1.650.514**

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante					
Salários e encargos sociais	–	1.113	877	1.223	1.109
Impostos e taxas a recolher	–	606	401	1.440	1.013
Empréstimos e financiamentos	22.c	201.681	151.364	201.681	151.364
Debêntures	22.d	6.128	53	6.128	53
Dividendos e JCP a pagar	18.d	220	10.809	220	10.809
Fornecedores	–	279	133	413	474
Obrigações fundos exclusivos	–	16.470	1.848	16.470	1.848
Obrigações com operações financeiras	8 e 22.a	4.113	430	4.113	430
Arrendamentos a pagar	–	1.388	1.255	1.388	1.255
Total do passivo circulante		231.998	167.170	233.076	168.355
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	22.c	–	50.000	–	50.000
Debêntures	22.d	698.205	200.000	698.205	200.000
Partes relacionadas	10	–	31	–	31
Arrendamentos a pagar	–	9.447	8.814	9.447	8.814
Tributos diferidos	13.3	288.341	243.203	291.957	249.827
Provisão para perda em investimentos	14	3.543	3.591	50	3
Outros	–	580	580	580	580
Total do passivo não circulante		1.000.116	506.219	1.000.239	509.255
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	616.838	716.838	616.838	716.838
Reservas de lucros	18.c	347.071	295.644	347.071	295.644
Ajustes de avaliação patrimonial		(40.699)	(39.578)	(40.699)	(39.578)
Total do patrimônio líquido		923.210	972.904	923.210	972.904
Total do patrimônio líquido consolidado		–	–	923.210	972.904
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.155.324**	**1.646.293**	**2.156.525**	**1.650.514**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	192.828	(109.490)	175.807	(123.168)
Outras receitas	–	–	–	211	(1.809)
		192.828	(109.490)	176.018	(124.977)
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	20	(31.287)	(34.137)	(34.217)	(38.477)
Perda do valor realizável líquido	11	–	–	–	13.940
Despesas com vendas	–	–	–	(102)	(42)
Outras receitas, líquidas	19	356.656	109.750	366.962	119.821
Lucro operacional antes do resultado financeiro		518.197	(33.877)	508.661	(29.735)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	516.405	675.585	525.570	679.818
Despesas financeiras	21	(399.779)	(581.049)	(399.982)	(583.712)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		634.823	60.659	634.249	66.371
Imposto de renda e contribuição social	13	(43.440)	(70.004)	(42.866)	(75.716)
		591.383	(9.345)	591.383	(9.345)
Lucro líquido do exercício		591.383	(9.345)	591.383	(9.345)
Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído em reais	18	48,27	8,17	48,27	8,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	591.383	(9.345)	591.383	(9.345)
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas	(1.121)	(12.683)	(1.121)	(12.683)
Resultado abrangente total do exercício	590.262	(22.028)	590.262	(22.028)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Investimentos	Reservas de lucros – Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	716.838	87.745	281.627	–	(18.306)	–	1.067.904	–	1.067.904
Reversão de dividendos prescritos	–	–	–	–	–	9	9	–	9
Reversão de juros s/ capital próprio prescritos	–	–	–	–	–	19	19	–	19
Ajuste de avaliação patrimonial de investida	–	–	–	–	(12.683)	–	(12.683)	–	(12.683)
Custo atribuído ao ativo imobilizado	–	–	–	–	(8.589)	8.589	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(9.345)	(9.345)	–	(9.345)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(728)	–	–	728	–	–	–
Dividendos	–	–	(22.000)	–	–	–	(22.000)	–	(22.000)
Juros s/ capital próprio	–	–	(51.000)	–	–	–	(51.000)	–	(51.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	716.838	87.745	207.899	–	(39.578)	–	972.904	–	972.904
Reversão de dividendos prescritos	–	–	–	–	–	31	31	–	31
Reversão de juros s/ capital próprio prescritos	–	–	–	–	–	13	13	–	13
Ajuste de avaliação patrimonial de investida	–	–	–	–	(1.121)	–	(1.121)	–	(1.121)
Redução de capital	(100.000)	–	–	–	–	–	(100.000)	–	(100.000)
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	591.383	591.383	–	591.383
Constituição de reserva legal	–	29.570	–	–	–	(29.570)	–	–	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	–	229.756	–	(229.756)	–	–	–
Dividendos	–	–	(166.899)	–	–	(332.101)	(499.000)	–	(499.000)
Juros s/ capital próprio	–	–	(41.000)	–	–	–	(41.000)	–	(41.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	616.838	117.315	–	229.756	(40.699)	–	923.210	–	923.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	–	–	1.025	112.183
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(1.345)	(110.595)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.252)	(12.457)	(9.822)	(14.005)
Perda (recuperação) de valores ativos	–	–	–	13.940
	(9.252)	(12.457)	(11.167)	(110.660)
Valor adicionado bruto	(9.252)	(12.457)	(10.142)	1.523
Depreciação e amortização	(837)	(815)	(840)	(818)
Valor adicionado líquido produzido	(10.089)	(13.272)	(10.982)	705
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	192.828	(109.490)	175.807	(123.168)
Receitas financeiras	516.405	675.585	525.570	679.818
Receitas de aluguéis	2.174	2.290	2.174	2.343
Outras líquidas	354.482	107.460	364.771	117.469
	1.065.889	675.845	1.068.322	676.462
Valor adicionado total a distribuir	1.055.800	662.573	1.057.340	677.167

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	13.412	12.980	14.363	14.330
Benefícios	3.241	3.617	3.774	4.042
FGTS	406	592	472	695
	17.059	17.189	18.609	19.067
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	47.134	72.881	46.884	81.314
Estaduais	27	30	33	78
Municipais	123	218	130	713
	47.284	73.129	47.047	82.105
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas com aluguéis e condomínios	295	551	319	1.628
Despesas financeiras	399.779	581.049	399.982	583.712
Outras despesas	–	–	–	–
	400.074	581.600	400.301	585.340
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos	332.101	–	332.101	–
Lucros retidos e prejuízos do exercício	259.282	(9.345)	259.282	(9.345)
	591.383	(9.345)	591.383	(9.345)
Valor adicionado distribuído	1.055.800	662.573	1.057.340	677.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	591.383	(9.345)	591.383	(9.345)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:				
Depreciação e amortização	837	941	840	941
Resultado de equivalência patrimonial	(192.828)	109.490	(175.807)	123.167
Tributos diferidos	45.138	80.331	42.130	86.956
Resultado de renda fixa	(1.433)	(1.387)	(1.433)	(1.387)
Resultado de renda variável	(139.204)	(230.861)	(139.204)	(230.870)
Avaliação de propriedade para investimento	(78)	1.814	(78)	1.814
Resultado da alienação de investimentos	(48.038)	(42.391)	(48.038)	(50.881)
Variação do percentual de participação	268	(19.576)	268	(19.576)
Ajuste a valor justo de outros investimentos	(300.922)	(34.619)	(310.722)	(34.618)
Receita de dividendos de outros investimentos	(32.414)	–	(32.414)	–
Valor realizável líquido de estoque	–	–	–	(16.407)
Juros sobre empréstimos	11.425	8.708	11.425	5.045
Variação cambial de empréstimos estrangeiros	–	1.275	–	1.275
Encargos sobre debêntures	16.322	–	16.322	6.235
Atualização de contas a receber	(599)	(629)	(8.703)	(4.379)
Ganho por compra vantajosa	–	–	–	(1.517)
Ajuste de reclassificação de ativo	26.711	–	26.711	–
Outros	–	–	(62)	(132)
Variações nos ativos e passivos:				
Tributos a recuperar	(2.797)	7.993	(2.407)	8.107
Contas a receber	(60)	112	673	2.142
Obrigações com operações financeiras	(10.569)	(93.101)	(10.569)	(93.101)
Imóveis a comercializar	–	–	1.264	21.587
Mútuo com partes relacionadas	23.800	(23.801)	–	–
Outros créditos	398	996	398	1.980
Outras obrigações	8.059	(4.778)	7.952	(4.281)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.601)	(248.828)	(30.071)	(207.245)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	45.097	188.774	44.809	202.440
Imobilizado e intangível	(59)	217	(63)	216
Venda de investimento	58.729	48.308	109.968	56.349
Adições em investimento	(114.593)	(15.255)	(114.593)	(16.807)
Redução de capital em investidas	41.500	–	1.150	210
Dividendos e juros s/ capital próprio	77.538	35.971	86.197	32.782
Propriedade para investimento	–	15.367	–	15.367
Adiantamento para futuro aumento de capital	(4.060)	–	(251)	–
Resgate de ações preferenciais	–	–	2.409	–
Outros	–	21	–	–
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	104.152	273.403	129.626	290.557
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(498.939)	(21.924)	(498.939)	(21.924)
Juros sobre capital próprio	(51.606)	(48.014)	(51.606)	(48.014)
Ingresso (liquidação) de empréstimo	(11.108)	90.529	(11.108)	34.133
Ingresso (liquidação) de debêntures	487.958	(6.626)	487.958	(6.626)
Redução de capital	(124)	–	(124)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(73.819)	13.965	(73.819)	(42.431)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	25.732	38.540	25.736	40.881
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	197.286	158.746	199.646	158.765
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	223.018	197.286	225.382	199.646
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	25.732	38.540	25.736	40.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Monteiro Aranha S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - Parte, Leblon, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. As atividades operacionais das empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia estão descritas na **nota explicativa 14**. A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em **29 de março de 2022**. **1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19**: Em dezembro de 2019, um novo agente denominado como novo Corona vírus "Covid-19", foi relatado na China. Com o crescimento exponencial dos casos de contaminação pelo Covid-19 em diversos países no mundo, a Organização Mundial de Saúde classificou o Covid-19, como uma pandemia e uma emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional. Desde então a Companhia vem adotando e divulgando internamente todas as medidas preventivas e recomendações emitidas pelos órgãos internacionais de saúde e Ministério da Saúde, de maneira a proteger a saúde e integridade de seus funcionários e demais colaboradores. A Companhia instituiu parcialmente a rotina de trabalho remoto, ainda no primeiro trimestre de 2020, sem impactos relevantes em suas atividades operacionais, uma vez que já possuía a infraestrutura e tecnologia necessárias, que foi simplesmente ampliada, revisada e ajustada de modo a preservar suas atividades com segurança. Não foram observados efeitos significativos nas operações da Companhia e suas controladas no exercício de 2021. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), em consonância com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), aplicáveis também às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas propriedades para investimento, alguns investimentos em participação societária e pelos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações procedentes da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas, conforme descritas na **nota explicativa 2.3. (i) Demonstrações financeiras individuais**: As demonstrações financeiras individuais da Controladora incluem a carteira do seu fundo exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior ("FIA Bergen"), contemplando também o Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior ("FIA Narvik"), Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP Alta") e Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I Investimento no exterior ("FIA Nordland"), todos fundos exclusivos do FIA Bergen. Quando necessário, as demonstrações financeiras dos fundos exclusivos são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Fundos exclusivos: Estrutura dos fundos exclusivos no encerramento do exercício:

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS

SEGMENTO	BERGEN	NARVIK	ALTA	NORDLAND
Gestão	CHARLES RIVER	SAFRA	CHARLES RIVER	CHARLES RIVER
Administração	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL
Custódia	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL

Balanço patrimonial: O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais dos fundos exclusivos:

	BERGEN		NARVIK		ALTA		NORDLAND	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo								
Circulante	731.227	370.480	167.303	165.180	68.787	72.606	117.200	46.597
Não circulante	408.981	324.683	–	–	44.444	–	255.681	134.251
Total do Ativo	1.140.208	695.163	167.303	165.180	113.231	72.606	372.881	180.848
Passivo								
Circulante	4.930	1.209	2.573	54	12.492	51	586	963
Não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–
Total do Passivo	4.930	1.209	2.573	54	12.492	51	586	963
Patrimônio líquido	1.135.278	693.954	164.730	165.126	100.739	72.555	372.295	179.885
Demonstração do resultado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	139.255	131.897	55.604	58.004	77.014	(665)	68.205	22.210

(ii) Demonstrações financeiras consolidadas: A Companhia consolida todas as sociedades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As datas das demonstrações financeiras das empresas consolidadas são coincidentes com as da Controladora. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas**: Controladas são todas as sociedades das quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas controladas e suas respectivas participações estão detalhadas na **nota explicativa 14**. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a sociedade correspondente. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Controladora e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. **(b) Transações com participações de não controladores**: A Companhia trata as operações de aquisição ou venda de participação em uma controlada com não controladores como transações entre a Companhia e seus próprios sócios. A diferença entre o valor negociado e o valor da participação dos não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido atribuível aos sócios da Controladora, e não ao resultado do exercício. **(c) Perda de controle em controladas**: Quando a Companhia deixa de ter o controle, o valor remanescente de sua participação na sociedade é remensurado a valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transferência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, dependendo da manutenção de sua influência na investida. **(d) Coligadas e controladas em conjunto**: Coligadas são todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com direito de voto ou, ainda, se ficar caracterizado que há influência significativa, independentemente do percentual de participação. A investida Klabin S.A. é considerada como coligada, tendo em vista a representação de conselheiros, que são administradores ou prestadores de serviço da Companhia no conselho de administração de Klabin, configurando desta forma em influência significativa sobre as operações da investida. Em abril de 2021, a investida Ultrapar Participações S.A., anteriormente considerada como coligada, passou a ser avaliada a valor justo, em virtude da ausência de administradores ou prestadores de serviço da Companhia no conselho de administração de Ultrapar, resultando na perda de influência significativa da Companhia na investida (**nota explicativa 14**). Controladas em conjunto são todas as sociedades sobre as quais a Companhia possui o controle compartilhado do negócio, contratualmente convencionado, onde as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo (**nota explicativa 14**). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nas reservas de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e nas reservas da Companhia respectivamente. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia nessas sociedades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Se a participação societária na coligada ou controlada em conjunto for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução. Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas ou controladas em conjunto são reconhecidos na variação do percentual de participação na demonstração do resultado (**nota explicativa 19**). **(e) Combinação de negócios**: Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado e adicionalmente é reconhecido um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: Na elaboração das demonstrações financeiras, para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e registro de receitas e despesas dos exercícios, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, avaliação de perda para valor realizável líquido de estoques e valor justo de propriedade para investimento. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas materiais. As estimativas e premissas são revistas anualmente, ou sempre que houver uma indicação para a necessidade de sua revisão, e as revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas ou em quaisquer períodos afetados. **2.4. Apresentação das demonstrações por segmento**: Para fins de divulgações dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia esclarece que a participação em outras sociedades é o seu único segmento operacional atual. Desta forma, considerando que as receitas operacionais da Companhia são, majoritariamente, de equivalência patrimonial e outras receitas relacionadas ao investimento em participações diretas ou indiretas em outras sociedades, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada. **2.5. Novos pronunciamentos contábeis**: A Companhia julgou que as revisões das normas e interpretações que passaram a vigorar em 2021, não apresentaram impactos em suas demonstrações financeiras. **2.6. Ativos financeiros**: **2.6.1. Classificação**: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob três categorias de mensuração subsequente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual destes mesmos ativos. **(a) Ativos financeiros ao custo amortizado**: Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente no pagamento de principal e juros. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos tanto para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente, o pagamento de principal e juros, quanto pela venda desses mesmos ativos. Além disso, no reconhecimento inicial a Companhia pode efetuar a escolha irrevogável de apresentar as alterações de alguns instrumentos patrimoniais através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para venda no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber os seus respectivos fluxos de caixa vencerem ou forem transferidos para terceiros, e neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, os riscos e os benefícios de propriedade desses ativos financeiros. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando a taxa efetiva de juros do contrato. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas ou despesas financeiras " no exercício em que ocorrerem. Os ganhos ou perdas dos ativos financeiros denominados em moeda estrangeira e classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no patrimônio. Quando os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, transferidos à terceiros ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas ou despesas financeiras". Os juros sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "receitas financeiras". Os proventos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "outras receitas" quando é estabelecido o direito da Companhia de receber tais proventos. O valor justo dos instrumentos financeiros com cotação em bolsa ou mercados organizados é baseado nas cotações de fechamento divulgadas. Na ausência de um mercado organizado de onde o preço de um ativo financeiro pode ser observado, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da Companhia. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros**: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4. *Impairment* de ativos financeiros**: A Companhia avalia sempre que necessário, ou pelo menos na data de encerramento de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão com seu valor deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. As perdas esperadas são baseadas na variação do risco de crédito do ativo e são reconhecidas em duas etapas. Quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas são provisionadas para eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 (doze) meses. Quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como por exemplo a inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; (iii) estender à contraparte de um ativo financeiro, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira deste, uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) considerar provável que a contraparte de um ativo financeiro declare falência ou reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras da contraparte. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir ou for revertida totalmente e a sua reversão puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito da contraparte de um ativo), a reversão dessa perda, reconhecida anteriormente, será reconhecida na demonstração do resultado. Esta provisão para perda por *impairment* pode ser reconhecida para qualquer instrumento financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado. **2.6.5. Desreconhecimento**: Um ativo financeiro é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a terceiros nos termos de um contrato de repasse, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer um ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir. **2.7. Passivos financeiros**: **2.7.1. Reconhecimento inicial e mensuração**: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são considerados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.7.2. Mensuração subsequente**: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratado pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos derivativos. **(b) Passivos financeiros ao custo amortizado**: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, as obrigações contraídas estão sujeitas a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **2.7.3. Desreconhecimento**: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método a ser adotado depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. Na hipótese da adoção de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), os derivativos seriam designados como: a) *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); b) *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou c) *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido). Para os instrumentos derivativos que não se qualificam para a contabilização de *hedge*, ou opta-se pela sua não adoção, as variações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "resultado financeiro". Até o exercício social de 2021, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para nenhum de seus instrumentos financeiros de proteção. **2.9. Caixa e equivalente de caixa** Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança de valor. **2.10. Estoque de imóveis a comercializar**: Estoque de imóveis a comercializar é demonstrado ao custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas (**nota explicativa 11**). O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para aquisição e o desenvolvimento do terreno que não supera o valor realizável

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

líquido. O custo de construção compreende: o terreno, materiais, mão de obra contratada e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos, operações de crédito imobiliário incorridos durante o período de construção, os quais são capitalizados na rubrica de "Estoque de imóveis a comercializar" e levados ao resultado na proporção dos custos incorridos na rubrica "Custo de bens e/ou serviços vendidos"). O custo de construção também não pode superar o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda. **2.11. Propriedades para investimentos**: São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram e são classificadas em "outras receitas (despesas) líquidas". As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando estas são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa da propriedade para investimento (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que a propriedade para investimento é baixada. A metodologia de avaliação das propriedades para investimento encontra-se na **nota explicativa 15**. **2.12. Imobilizado**: Os ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas estão mensurados ao valor de custo histórico menos depreciação acumulada. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, classificados nas mesmas categorias. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário. As vidas úteis dos ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas estão demonstradas na **nota explicativa 15**. **2.13. Provisões**: As provisões são reconhecidas para obrigações correntes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem necessários para liquidar as obrigações. Os valores reconhecidos como provisões são as melhores estimativas para a liquidação das obrigações no encerramento de cada balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos àquelas obrigações. Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração. Quando essas avaliações pressupõem chances de perda prováveis são constituídas então as devidas provisões. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis, os riscos contingenciais são divulgados em nota explicativa, mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros (**nota explicativa 17**). **2.14. Direito de uso e obrigações com arrendamentos**: A Companhia avalia a existência de arrendamento mercantil para todos os seus contratos, reconhecendo o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, exceto para determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente do fluxo de pagamentos futuros do prazo dos contratos, considera o exercício de opções de renovações, rescisões e compras, descontados à taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário, sujeito a remensurações por modificações de prazo, valor ou avaliação do exercício de opções. Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado pelo acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso do arrendamento são mensurados pelo passivo de arrendamento inicial, ajustados por gastos iniciais incorridos e incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e vida útil estimada dos ativos, e estão sujeitos a redução do valor recuperável. **2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.16. Benefícios a empregados e plano de previdência privada**: A Companhia concede aos seus empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada na modalidade de contribuição definida e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização. **2.17. Reconhecimento de receita**: **(a) Receita de equivalência patrimonial**: As receitas apuradas pelas empresas controladas e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **(b) Receita financeira**: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(c) Receita da atividade imobiliária**: As receitas da atividade imobiliária são reconhecidas com base no estágio de execução do empreendimento, confrontados com os respectivos custos, à medida que os estágios da execução do trabalho são alcançados. **2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme determina o estatuto. O JCP declarado é reconhecido no resultado do exercício e, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, é reclassificado para o patrimônio líquido como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.19. Transações com partes relacionadas**: Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas (suas partes relacionadas) foram eliminados na consolidação. Os saldos e as transações entre a Companhia, suas coligadas, controladas em conjunto e suas outras partes relacionadas estão apresentados na **nota explicativa 10**. **2.20. Lucro líquido por ação (básico e diluído)**: A Companhia apura o saldo de lucro líquido por ação do exercício com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades de cada classe de ações emitidas em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41. **2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA")**: A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza (ou o consumo) da Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras, e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. **3. HIERARQUIA DO VALOR JUSTO**: A Companhia adota a mensuração a valor justo de parte de seus ativos e passivos. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base na premissa que os participantes do mercado possam mensurar o valor de mercado de um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza as premissas utilizadas na medição em três grandes níveis: **Nível 1. Mercado Ativo**: Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos; **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo; **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não estejam disponíveis.Os quadros abaixo apresentam os saldos de ativos e passivos financeiros da Companhia mensurados a valor justo:

	Controladora 31/12/2021			Consolidado 31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:						
CDBs	–	229.189	–	–	231.446	–
Letras de Arrendamento Mercantil	–	2.405	–	–	2.405	–
Ações	162.835	–	–	162.835	–	–
Fundos de renda fixa	90.583	–	–	90.871	–	–
Títulos públicos	18.986	–	–	18.986	–	–
FIA	146.729	–	–	146.729	–	–
FICs de FIM	37.656	–	–	37.656	–	–
FIPs	54.422	–	–	54.422	–	–
FII	14.814	–	–	14.814	–	–
Opção de ações	–	14.252	–	–	14.252	–
Investimentos (1)	919.798	44.444	–	919.798	44.444	–
Propriedades para investimento	–	23.129	–	–	23.129	–
	1.445.823	**313.419**	**–**	**1.446.111**	**315.676**	**–**

(1) Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 14**).

	Controladora 31/12/2021			Consolidado 31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos:						
Dólar futuro	(4.113)	–	–	(4.113)	–	–
	(4.113)	**–**	**–**	**(4.113)**	**–**	**–**

	Controladora 31/12/2020			Consolidado 31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:						
CDBs	–	189.485	–	–	191.523	–
Debêntures (compromissada)	–	10.501	–	–	10.501	–
Ações	163.265	–	–	163.265	–	–
Fundos de renda fixa	55.872	–	–	55.872	–	–
Títulos públicos	32.097	–	–	32.097	–	–
FIA	55.027	–	–	55.027	–	–
FICs de FIM	31.949	–	–	31.949	–	–
FIPs	72.584	–	–	72.584	–	–
FII	19.798	–	–	19.798	–	–
Investimentos (1)	134.251	–	–	134.251	–	–
Propriedades para investimento	–	23.051	–	–	23.051	–
	564.843	**223.037**	**–**	**564.843**	**225.075**	**–**

(1) Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (nota explicativa 14).

	Controladora 31/12/2020			Consolidado 31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos:						
Dólar futuro	(430)	–	–	(430)	–	–
	(430)	**–**	**–**	**(430)**	**–**	**–**

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA: Os quadros abaixo apresentam os principais instrumentos financeiros classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia:

	Controladora 31/12/2021			Controladora 31/12/2020		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos:						
Caixas e equivalente de caixa	222.586	432	223.018	196.856	430	197.286
Aplicações financeiras	535.033	739	535.772	433.722	6.510	440.232
Contas a receber	–	123	123	–	63	63
Dividendos a receber	–	2	2	–	17.788	17.788
Operações financeiras	14.252	–	14.252	–	–	–
Alienação de investimentos	–	7.201	7.201	–	6.602	6.602
Investimentos (1)	964.242	–	964.242	134.251	–	134.251
	1.736.113	**8.497**	**1.744.610**	**764.829**	**31.393**	**796.222**

(1) Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (nota explicativa 14).

	Controladora 31/12/2021			Controladora 31/12/2020		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos:						
Fornecedores	–	(279)	(279)	–	(133)	(133)
Dividendos e JCP a pagar	–	(220)	(220)	–	(10.809)	(10.809)
Operações financeiras	(4.113)	–	(4.113)	(430)	–	(430)
Empréstimos e financiamentos	–	(201.681)	(201.681)	–	(201.364)	(201.364)
Debêntures	–	(704.333)	(704.333)	–	(200.053)	(200.053)
	(4.113)	**(906.513)**	**(910.626)**	**(430)**	**(412.359)**	**(412.789)**

	Consolidado 31/12/2021			Consolidado 31/12/2020		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos:						
Caixas e equivalente de caixa	224.843	539	225.382	198.893	753	199.646
Aplicações financeiras	535.321	739	536.060	433.722	6.510	440.232
Contas a receber	–	474	474	–	1.147	1.147
Dividendos a receber	–	7	7	–	20.657	20.657
Operações financeiras	14.252	–	14.252	–	–	–
Alienação de investimentos	–	12.086	12.086	–	29.179	29.179
Alienação de estoques	–	62.733	62.733	–	88.176	88.176
Investimentos (1)	964.242	–	964.242	134.251	–	134.251
	1.738.658	**76.578**	**1.815.236**	**766.866**	**146.422**	**913.288**

(1) Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (nota explicativa 14).

	Consolidado 31/12/2021			Consolidado 31/12/2020		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos:						
Fornecedores	–	(413)	(413)	–	(474)	(474)
Dividendos e JCP a pagar	–	(220)	(220)	–	(10.809)	(10.809)
Operações financeiras	(4.113)	–	(4.113)	(430)	–	(430)
Empréstimos e financiamentos	–	(201.681)	(201.681)	–	(201.364)	(201.364)
Debêntures	–	(704.333)	(704.333)	–	(200.053)	(200.053)
	(4.113)	**(906.647)**	**(910.760)**	**(430)**	**(412.700)**	**(413.130)**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O quadro abaixo apresenta os saldos desses ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	432	430	539	753
CDBs	222.586	186.355	224.843	188.392
Debêntures (compromissada)	–	10.501	–	10.501
	223.018	**197.286**	**225.382**	**199.646**

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") e debêntures (compromissadas), emitidos por instituições financeiras, com liquidez imediata por meio do compromisso de recompra assumido formalmente pela instituição financeira, vinculados ao percentual do certificado de depósito interbancário ("CDI") com remuneração entre 100,0% e 106,2% do CDI em 2021 (99,0% a 104,7% em 2020).
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: O quadro abaixo apresenta o saldo das aplicações financeiras, avaliadas a valor justo e que não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalente de caixa:

		Controladora		Consolidado	
	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	De 01/2022 a 04/2026				
CDBs **(a)**		6.603	3.130	6.603	3.130
Fundos de renda fixa **(b)**		90.583	55.872	90.871	55.872
Títulos públicos **(c)**		18.986	32.097	18.986	32.097
FIA **(d)**		146.729	55.027	146.729	55.027
Ações **(e)**		162.835	163.265	162.835	163.265
FICs de FIM **(f)**		37.656	31.949	37.656	31.949
FIPs **(g)**		54.422	72.584	54.422	72.584
FII **(h)**		14.814	19.798	14.814	19.798
LAM **(i)**		2.405	-	2.405	-
Letras financeiras **(j)**		739	6.510	739	6.510
Total de aplicações financeiras		**535.772**	**440.232**	**536.060**	**440.232**
Ativo circulante		535.315	439.747	535.603	439.747
Ativo não circulante		457	485	457	485

(a) CDBs (certificados de depósito bancário): Os CDBs são vinculados a um percentual do CDI, com remuneração de 103,0% a 106,5% do CDI em 2021 (106,0% a 120,0% em 2020), com prazo predeterminado e são avaliados a valor justo e não são considerados como equivalente de caixa por não terem liquidez imediata. **(b) Fundos de renda fixa**: A Companhia detém cotas de fundos de renda fixa, visando rentabilidade próxima de 100% do CDI, as quais são avaliadas a valor justo. **(c) Títulos públicos**: As aplicações em renda fixa são compostas pelos títulos públicos federais LFT, NTN e LTN, disponíveis para negociação e são avaliadas a valor justo. **(d) Fundo de investimento em ações (FIA) e Fundo de cotas de FIA (FIC de FIA)**: A Companhia detém cotas de fundo de ações e de fundo de cotas de FIA, avaliadas a valor justo. **(e) Ações**: As aplicações em ações são realizadas através do fundo exclusivo FIA Bergen e são avaliadas a valor justo. **(f) Fundos de investimento em cotas de fundo de investimento multimercado (FICs de FIM)**: A Companhia detém cotas de fundos de cotas de FIM, avaliadas a valor justo. **(g) Fundos de investimento em participações (FIPs)**: A Companhia detém cotas de Fundos de Participação em Infraestrutura, as quais são avaliadas a valor justo e possuem compromissos de aportes firmados para novas chamadas de capital. No 1º trimestre de 2021, dois de seus fundos de participação, o BTG Pactual Infraestrutura II Energia e BTG Pactual Infraestrutura III Energia, foram liquidados e encerrados após a realização da venda de seus ativos. A Companhia detém cotas no fundo Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura (FIP Ares 2). No 4º trimestre de 2021, o FIP Ares 2 passou por uma reorganização e foi transformado em fundo de investimento em cotas de fundo de ações, nomeadamente no Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações (FIC de FIA Ares 2). **(h) Fundo de investimento imobiliário (FII):** A Companhia detém cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, as quais são avaliadas a valor justo. **(i) Letra de arrendamento mercantil (LAM)**: A Companhia detém LAM vinculadas a um percentual do CDI, com rendimento entre 103,5% a 106,0% do CDI em 2021, com prazo predeterminado, avaliadas a valor justo e não são consideradas como equivalente de caixa por não terem liquidez imediata. **(j) Letras financeiras (LF):** A Companhia detém letras financeiras vinculadas a um percentual do CDI, com remuneração entre 110,0% a 123,2% do CDI em 2021 (103,0% a 111,5% em 2020), com prazo predeterminado, classificadas no ativo circulante e não circulante em função do seu vencimento.
7. DIVIDENDOS A RECEBER: O quadro abaixo apresenta o saldo de dividendos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ultrapar Participações S.A.	–	17.778	–	17.778
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	2	2	2	2
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	–	8	–	–
PRS XXIV Incorporadora S.A.	–	–	–	2.687
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	–	–	5	107
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	–	–	–	83
	2	**17.788**	**7**	**20.657**

8. CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES COM OPERAÇÕES FINANCEIRAS: A Companhia utiliza estratégias com derivativos como parte de sua política para fins de proteção. O quadro abaixo apresenta os saldos com operações financeiras (**nota explicativa 22**):

	Controladora		Consolidado	
Créditos c/operações	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Opção de ações	14.252	–	14.252	–
	14.252	**–**	**14.252**	**–**

	Controladora		Consolidado	
Obrigações c/operações	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dólar futuro	(4.113)	(430)	(4.113)	(430)
	(4.113)	**(430)**	**(4.113)**	**(430)**

9. ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS E ESTOQUE: No terceiro trimestre de 2020, a Companhia realizou a alienação do Edifício Monteiro Aranha (**notas explicativas 10 e 15**), dos 13 pavimentos da Torre 1º de Março (**notas explicativas 10 e 11**) e da totalidade de sua participação na Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A. (**nota explicativa 14**), com parcelamento de acordo com o quadro abaixo:

	Controladora 31/12/2021			Consolidado 31/12/2021		
	Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	Total	Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	Total
Edifício Monteiro Aranha	7.201	–	7.201	7.201	–	7.201
HESA 159 - Investimentos Imobiliários S.A.	–	–	–	4.885	–	4.885
Total da Alienação de Investimentos	**7.201**	**–**	**7.201**	**12.086**	**–**	**12.086**
Torre 1º de Março	–	–	–	62.733	–	62.733
Total da Alienação de Estoques	**–**	**–**	**–**	**62.733**	**–**	**62.733**
Total das alienações	**7.201**	**–**	**7.201**	**74.819**	**–**	**74.819**

	Controladora 31/12/2020			Consolidado 31/12/2020		
	Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	Total	Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	Total
Edifício Monteiro Aranha	–	6.602	6.602	–	6.602	6.602
HESA 159 - Investimentos Imobiliários S.A.	–	–	–	18.062	4.515	22.577
Total da Alienação de Investimentos	**–**	**6.602**	**6.602**	**18.062**	**11.117**	**29.179**
Torre 1º de Março	–	–	–	22.176	66.000	88.176
Total da Alienação de Estoques	**–**	**–**	**–**	**22.176**	**66.000**	**88.176**
Total das alienações	**–**	**6.602**	**6.602**	**40.238**	**77.117**	**117.355**

10. PARTES RELACIONADAS: (a) Saldos e transações com partes relacionadas: Os quadros abaixo apresentam os saldos das transações com partes relacionadas:

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Receitas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladora						
Ultrapar Participações S.A. (1)	–	17.778	–	–	9.135	–
Telecel Participações Ltda. (6)	–	–	–	1	–	–
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. (1)	2	2	–	–	–	–
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (1) (7)	–	8	63.500	–	–	–
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (6)	–	–	–	23.800	–	–
Timbutuva Empreendimentos Ltda. (3)	–	–	360	–	–	–
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. (3) (4)	–	–	3.700	–	–	11
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. (1)	–	–	–	–	–	8.668
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (1)	–	–	–	–	23.279	3.811
Acionistas controladores (5)	7.201	–	–	6.602	599	629
Total	**7.203**	**17.788**	**67.560**	**30.403**	**33.013**	**13.119**
Consolidado						
Ultrapar Participações S.A. (1)	–	17.778	–	–	9.135	–
Telecel Participações Ltda. (6)	–	–	–	1	–	–
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. (1)	2	2	–	–	–	–
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. (1)	–	–	–	–	–	8.668
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (1)	–	–	–	–	23.279	3.811
Acionistas controladores (5)	69.934	22.176	–	72.602	7.763	3.786
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (1) (3)	5	107	–	320	–	–
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A. (3)	–	–	26	–	–	–
PRS XXIV Incorporadora S.A. (2) (3)	–	2.687	53	53	–	–
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. (1) (7)	–	83	1.360	–	–	–
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A. (3)	–	–	225	–	–	–
Total	**69.941**	**42.833**	**1.664**	**72.976**	**40.177**	**16.265**

(1) Dividendos e juros sobre capital próprio. (2) Dividendos de ações resgatáveis. (3) Adiantamento para futuro aumento de capital. (4) Contas a receber e receita com alienação, aluguel ou prestação de serviços. (5) Contas a receber pela alienação de estoque e investimento (**notas explicativas 9, 11 e 15**). (6) Operações de mútuo com partes relacionadas, não sujeitas a juros. (7) Redução de capital a receber

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Despesas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladora						
Telecel Telecomunicações Ltda. (6)	–	–	–	(31)	–	–
MAGISA – Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. (8)	–	–	–	–	–	(1.600)
Total	**–**	**–**	**–**	**(31)**	**–**	**(1.600)**
Consolidado						
Telecel Telecomunicações Ltda. (6)	–	–	–	(31)	–	–
Total	**–**	**–**	**–**	**(31)**	**–**	**–**

(6) Operações de mútuo com partes relacionadas, não sujeitas a juros. (8) Contas a pagar e despesa com prestação de serviços.

Não existem garantias dadas ou recebidas entre as partes. **(b) Remuneração do pessoal chave da Administração**: O quadro abaixo apresenta a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conselho de Administração e Diretoria	11.943	10.112	11.943	10.136

A remuneração da Administração contempla os itens honorários, encargos e benefícios, como plano de previdência privada, seguro de saúde, dentre outros. A Companhia não possui plano de remuneração variável ou pagamento baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria. **11. ESTOQUE DE IMÓVEIS A COMERCIALIZAR**: O saldo atual é composto pelo custo histórico do terreno da controlada Timbutuva Empreendimentos Ltda. para desenvolvimento futuro, líquido de eventuais provisões para perdas por desvalorização. O quadro abaixo apresenta o saldo de estoque de imóveis a comercializar:

	31/12/2021	31/12/2020
Timbutuva Empreendimentos Ltda.		
Terrenos - Paraná	10.930	10.930
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		
Empreendimento “Evidence Quality Life”	–	196
MAPISA I S.A.		
Empreendimento “Evidence Quality Life”	–	1.068
Total	**10.930**	**12.194**

Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade da Companhia. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de providências a serem realizadas, como a obtenção das licenças costumeiras. Em 2020 Companhia alienou os 13 pavimentos que possuía do empreendimento “Torre 1º de Março”, de propriedade da controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (“Novo Rio”), para membros do grupo de controle da Companhia, pelo valor de R$ 110.000, com entrada paga no ato da assinatura do contrato de compra e venda, e saldo a ser pago em até 05 parcelas semestrais, a partir de dezembro de 2020, com atualização de CDI, acrescidos de 4,5% ao ano (**notas explicativas 9 e 10**). Em 2021, a Companhia alienou suas últimas unidades em estoque do empreendimento “Evidence Quality Life” na Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. e na MAPISA I S.A. (**nota explicativa 14**). A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que seus estoques de imóveis a comercializar possam ter sofrido desvalorização. Havendo tal indicação, a Companhia define o valor recuperável de seus estoques, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. **12. IMPOSTOS A RECUPERAR**: Na controladora e no consolidado, esta conta é representada principalmente por imposto de renda sobre aplicações financeiras. O quadro abaixo apresenta o saldo dos impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	21/12/2020
IRPJ	19.062	16.099	19.468	16.793
PIS	–	2	–	21
COFINS	25	64	25	149
CSLL	–	–	20	19
Total	**19.087**	**16.165**	**19.513**	**16.982**
Ativo circulante	9.820	16.165	10.246	16.982
Ativo não circulante	9.267	–	9.267	–

A Administração da Companhia, com base em análises e projeção orçamentária, não prevê riscos relevantes de não realização desses créditos tributários. **13. TRIBUTOS**: **13.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**: O quadro abaixo apresenta a reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	21/12/2020
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	634.823	60.659	634.249	66.371
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(215.840)	(20.624)	(215.645)	(22.566)
Ajustes fiscais para obtenção da alíquota efetiva:				
Adições:				
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	–	(37.227)	–	(41.877)
Variação de percentual de investidas	(92)	–	(92)	–
Efeito não registrado de IR diferido ativo por falta de perspectiva de realização	–	(26)	–	(26)
Valor justo – renda variável	–	(28.725)	–	(28.725)
Realização de parcela por alienação de prop. p/ investimento	–	(4.896)	–	(4.896)
Realização de parcela por alienação de investimento	–	–	–	(4.790)
JCP de investidas	(2.158)	–	(2.158)	–
Crédito tributário não constituído – prejuízo fiscal base negativa	(273)	–	(273)	–
Outras adições	(1.707)	(5.756)	(1.707)	(5.756)
Exclusões:				
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	65.562	–	59.775	–
Variação de percentual de investidas	–	5.333	–	5.333
Juros sobre capital próprio deliberados no período	13.940	17.340	13.940	17.340
Valor justo – Renda variável	94.012	–	97.344	–
Amortização de deságio de coligadas	–	1.517	–	1.517
Reversão de provisão decorrente de valor recuperável de ativo	–	–	–	4.740
Outras exclusões	3.116	3.060	5.949	3.990
Imposto de renda e contribuição social	**(43.440)**	**(70.004)**	**(42.867)**	**(75.716)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(1.905)	(922)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(43.440)	(70.004)	(40.962)	(74.794)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	7%	115%	7%	114%

13.2. Tributos diferidos ativos não constituídos: A Companhia, por ser uma sociedade de participações (*holding*) e por seu resultado ser composto substancialmente por equivalência patrimonial, não constitui tributo diferido ativo, por não ter perspectiva de realização de lucros tributários futuros. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados, não reconhecidos contabilmente, totalizaram R$ 20.830 em 31/12/2021 (R$ 20.028 em 31/12/2020). **13.3. Natureza dos tributos diferidos passivos:** Os tributos diferidos passivos serão realizados, substancialmente, quando ocorrer a correspondente venda de seus ativos ou o resgate das quotas dos fundos exclusivos e não exclusivos, e o valor a pagar dos tributos diferidos dependerão do valor realizado desses ativos no momento de sua liquidação ou resgate. O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos diferidos passivos:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ganho nas aplicações financeiras nos fundos exclusivos	643.898	607.312	643.898	607.312
Ganho na aplicação em renda variável	225	303	225	303
Base total de PIS/COFINS diferido	644.123	607.615	644.123	607.615
Ganho na variação de propriedades para investimento	25.265	24.587	25.265	24.587
Ganho na variação de outros investimentos *	90.579	–	90.579	–
Ganho na alienação de investimentos	–	–	1.737	7.592
Ganho por compra vantajosa de investimentos	–	–	1.517	1.517
Base total de IRPJ/CSLL diferidos	759.967	632.202	763.221	641.311
Receita na alienação de estoque de imóveis (RET)	–	–	62.733	88.176
Total do IRPJ/CSLL diferidos - Alíquota 34% e 1,92% (RET)	**258.389**	**214.949**	**260.700**	**219.739**
Total do PIS/COFINS diferidos - Alíquota 4,65% e 2,08% (RET)	**29.952**	**28.254**	**31.257**	**30.088**
Total dos tributos diferidos passivos	**288.341**	**243.203**	**291.957**	**249.827**

* Ganho no ajuste a valor justo e ajuste de reclassificação de investimentos, detidos de forma direta pela Companhia.

14. INVESTIMENTOS: **(a) Movimentação – Controladora**: Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos da Controladora:

Descrição	%	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Dividendos / JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subtotal	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2) (3)	Saldo em 31.12.2021
Controladas												
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	100,00	120.772	–	(105.000)	–	–	–	15.772	15.084	–	(9.801)	21.055
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	99,99	10.953	–	–	–	–	–	10.953	(361)	–	–	10.592
Masa Mineração Ltda.	99,99	3	–	–	–	–	–	3	(1)	–	–	2
Total de Controladas	**–**	**131.728**	**–**	**(105.000)**	**–**	**–**	**–**	**26.728**	**14.722**	**–**	**(9.801)**	**31.649**
Controladas em Conjunto e Coligadas												
Klabin S.A. (1)	4,49	243.896	–	(92.613)	(25.019)	(42.969)	2.026	85.321	172.462	(242)	–	257.541
Ultrapar Participações S.A. (1)	–	399.398	–	(411.255)	(2.319)	(1.344)	149	(15.371)	5.596	(26)	9.801	–
Telecel Participações Ltda.	–	28	–	(28)	–	–	–	–	–	–	–	–
Telecel Telecomunicações Ltda.	–	–	28	(28)	–	–	–	–	–	–	–	–
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	**–**	**643.322**	**28**	**(503.924)**	**(27.338)**	**(44.313)**	**2.175**	**69.950**	**178.058**	**(268)**	**9.801**	**257.541**
Outros Investimentos												
Ultrapar Participações S.A.	4,10	–	411.255	–	–	–	–	411.255	–	–	252.862	664.117
BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	8,67	134.251	79.703	(3.644)	–	–	–	210.310	–	–	45.371	255.681
Nortec Química S.A.	23,00	–	41.755	–	–	–	–	41.755	–	–	2.689	44.444
Total de Outros Investimentos	**–**	**134.251**	**532.713**	**(3.644)**	**–**	**–**	**–**	**663.320**	**–**	**–**	**300.922**	**964.242**
Total de Participações Societárias	**–**	**909.301**	**532.741**	**(612.568)**	**(27.338)**	**(44.313)**	**2.175**	**759.998**	**192.780**	**(268)**	**300.922**	**1.253.432**
Provisão para Perda em Investimento												
MAGISA – Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99	(3.588)	–	–	–	–	–	(3.588)	49	–	–	(3.539)
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	(3)	–	–	–	–	–	(3)	(1)	–	–	(4)
Total de Provisão para Perda em Investimentos	**–**	**(3.591)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(3.591)**	**(48)**	**–**	**–**	**(3.543)**

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial. (3) Ágio e resultado não realizado de negociações intragrupo.

Descrição	% (1)	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Dividendos / JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subtotal	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2020
Controladas												
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	100,00	103.306	–	–	–	–	1.056	104.362	16.410	–	–	120.772
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	99,99	10.938	350	–	–	–	–	11.288	(335)	–	–	10.953
Masa Mineração Ltda.	99,99	5	–	–	–	–	–	5	(2)	–	–	3
Total de Controladas	**–**	**114.249**	**350**	**–**	**–**	**–**	**1.056**	**115.655**	**16.073**	**–**	**–**	**131.728**
Controladas em Conjunto e Coligadas												
Klabin S.A.	6,40	402.319	22	(5.709)	(1.530)	(7.911)	1.774	388.965	(166.187)	21.118	–	243.896
Ultrapar Participações S.A.	4,19	397.782	–	–	(28.740)	(7.963)	152	361.231	39.709	(1.542)	–	399.398
Telecel Participações Ltda.	33,33	28	–	–	–	–	–	28	–	–	–	28
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	**–**	**800.129**	**22**	**(5.709)**	**(30.270)**	**(15.874)**	**1.926**	**750.224**	**(126.478)**	**19.576**	**–**	**643.322**
Outros Investimentos												
Sogemar – Sociedade Geral de Marcas Ltda.	–	22	–	(22)	–	–	–	–	–	–	–	–
BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	8,65	84.749	14.884	–	–	–	–	99.633	–	–	34.618	134.251
Total de Outros Investimentos	**–**	**84.771**	**14.884**	**(22)**	**–**	**–**	**–**	**99.633**	**–**	**–**	**34.618**	**134.251**
Total de Participações Societárias	**–**	**999.149**	**15.256**	**(5.731)**	**(30.270)**	**(15.874)**	**2.982**	**965.512**	**(110.405)**	**19.576**	**34.918**	**909.301**
Provisão para Perda em Investimento												
MAGISA – Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99	(4.504)	–	–	–	–	–	(4.504)	916	–	–	(3.588)
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	(2)	–	–	–	–	–	(2)	(1)	–	–	(3)
Total de Provisão para Perda em Investimentos	**–**	**(4.506)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.506)**	**(915)**	**–**	**–**	**(3.591)**

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Ajuste a valor justo da participação na BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas.

(b) Movimentação – Consolidado: Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos no Consolidado:

Descrição	%	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas	Dividendos / JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subtotal	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2021
Controladas em Conjunto e Coligadas												
Klabin S.A. (1)	4,49	243.896	–	(92.613)	(25.019)	(42.969)	2.026	85.321	172.462	(242)	–	257.541
Ultrapar Participações S.A. (1)	–	399.398	–	(411.255)	(2.319)	(1.344)	149	(15.371)	5.596	(26)	9.801	–
Telecel Participações Ltda.	–	28	–	(28)	–	–	–	–	–	–	–	–
Telecel Telecomunicações Ltda.	–	–	28	(28)	–	–	–	–	–	–	–	–
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	40,00	12.501	320	–	(1.605)	–	–	11.216	262	–	–	11.478
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	52,00	3.994	–	–	–	–	–	3.994	(6)	–	–	3.988
PRS XXIV Incorporadora S.A.	50,00	6.465	–	–	(4.003)	–	–	2.462	(1.762)	–	–	700
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00	3.420	–	(2.510)	(125)	–	–	785	(204)	–	–	581
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	50,00	494	–	–	–	–	–	494	(494)	–	–	–
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas		**670.196**	**348**	**(506.434)**	**(33.071)**	**(44.313)**	**2.175**	**88.901**	**175.854**	**(268)**	**9.801**	**274.288**
Outros Investimentos												
Ultrapar Participações S.A.	4,10	–	411.255	–	–	–	–	411.255	–	–	252.862	664.117
BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	8,67	134.251	79.703	(3.644)	–	–	–	210.310	–	–	45.371	255.681
Nortec Química S.A.	23,00	–	41.755	–	–	–	–	41.755	–	–	2.689	44.444
Total de Outros Investimentos		**134.251**	**532.713**	**(3.644)**	**–**	**–**	**–**	**663.320**	**–**	**–**	**300.992**	**964.242**
Total de Participações Societárias		**804.447**	**533.061**	**(510.078)**	**(33.071)**	**(44.313)**	**2.175**	**752.221**	**175.854**	**(268)**	**310.723**	**1.238.530**
Provisão para Perda em Investimento												
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	(3)	–	–	–	–	–	(3)	(1)	–	–	(4)
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	50,00	–	–	–	–	–	–	–	(46)	–	–	(46)
Total de Provisão para Perda em Investimentos		**(3)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(3)**	**(47)**	**–**	**–**	**(50)**

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Ajuste a valor justo da participação em outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial

Descrição	% (1)	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Dividendos / JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subtotal	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2020
Controladas em Conjunto e Coligadas												
Klabin S.A.	6,40	402.319	22	(5.709)	(1.530)	(7.911)	1.774	388.965	(166.187)	21.118	–	243.896
Ultrapar Participações S.A.	4,19	397.782	–	–	(28.740)	(7.963)	152	361.231	39.709	(1.542)	–	399.398
Telecel Participações Ltda.	33,33	28	–	–	–	–	–	28	–	–	–	28
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	40,00	12.736	–	–	(404)	–	–	12.332	169	–	–	12.501
MAPISA I S.A.	–	1.857	2.198	(4.396)	–	–	–	(341)	341	–	–	–
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	52,00	3.927	71	–	–	–	–	3.998	(4)	–	–	3.994
HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A.	–	19.848	1.175	(21.005)	–	–	–	18	(18)	–	–	–
PRS XXIV Incorporadora S.A.	50,00	3.704	–	–	(103)	–	–	3.601	2.864	–	–	6.465
PRS XIV Incorporadora S.A.	–	–	88	(61)	–	–	–	27	(27)	–	–	–
PRS XX Incorporadora S.A.	–	–	223	(214)	–	–	–	9	(9)	–	–	–
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00	–	3.307	–	(83)	–	–	3.224	196	–	–	3.420
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	50,00	–	695	–	–	–	–	695	(201)	–	–	494
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas	**–**	**842.201**	**7.779**	**(31.385)**	**(30.860)**	**(15.874)**	**1.926**	**773.787**	**(123.167)**	**19.576**	**–**	**670.196**
Outros Investimentos												
Sogemar – Sociedade Geral de Marcas Ltda.	–	22	–	(22)	–	–	–	–	–	–	–	–
BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	8,65	84.749	14.884	–	–	–	–	99.633	–	–	34.618	134.251
Total de Outros Investimentos	**–**	**84.771**	**14.884**	**(22)**	**–**	**–**	**–**	**99.633**	**–**	**–**	**34.618**	**134.251**
Total de Participações Societárias	**–**	**926.972**	**22.663**	**(31.407)**	**(30.860)**	**(15.874)**	**1.926**	**873.420**	**(123.167)**	**19.576**	**34.618**	**804.447**
Provisão para Perda em Investimento												
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	(2)	–	–	–	–	–	(2)	(1)	–	–	(3)
Total de Provisão para Perda em Investimentos	**–**	**(2)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2)**	**(1)**	**–**	**–**	**(3)**

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Ajuste a valor justo da participação na BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas.

(c) Destaque das transações ocorridas no exercício: (i) Aquisição de ações: Transações ocorridas em 2021: Em 2021, a Companhia adquiriu 3.622.847 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, sem aquisição de influência significativa. **Transações ocorridas em 2020**:: Em 2020, a Companhia adquiriu 914.250 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, sem aquisição de influência significativa. **(ii) Alienação de ações**: **Transações ocorridas em 2021:**: Em 2021, a Companhia alienou 112.000 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas. Em 2021, a Companhia alienou 1.859.000 units da Klabin S.A. (**nota explicativa 19**), sem impacto em sua avaliação de investimento com influência significativa. Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras reforço de capital de giro e/ou demais usos gerais da Companhia. **Transações ocorridas em 2020**: Em 2020, a Companhia alienou 1.988.700 units da Klabin S.A. (**nota explicativa 19**), sem impacto em sua avaliação de investimento com influência significativa. Tais recursos foram

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

direcionados para investimentos, aplicações financeiras e capital de giro da Companhia. **(iii) Outras ocorrências: Transações ocorridas em 2021**: Em 2021, após o cumprimento das condições suspensivas, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, adquiriu 2.731.801 ações ordinárias de emissão da Nortec Química S.A., por R$ 41.755, representando 23% do capital da companhia, com mensuração a valor justo, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Em ato contínuo à aquisição, foram firmados também contratos de opção de venda de até a totalidade da participação do FIP Alta na companhia, e opção de compra de mais 2.375.479 ações ordinárias, avaliados a valor justo, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. (**nota explicativa 22**). Em abril de 2021, em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Ultrapar Participações S.A. e da Companhia, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisórios da Ultrapar Participações S.A., passando a não ter mais influência significativa, e portanto, cessando sua relação de coligação mensurada por equivalência patrimonial, passando o investimento em Ultrapar ser mensurado a valor justo. Em 2021, foi aprovada pelos sócios a incorporação da controlada em conjunto Telecel Participações Ltda. pela Telecel Telecomunicações Ltda., passando assim a Companhia à condição de investidora da sociedade incorporadora, na mesma participação anteriormente detida na investida incorporada. Ainda em 2021, a Companhia realizou o distrato da Telecel Telecomunicações Ltda, encerrando seu investimento na investida. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., aprovada em assembleia geral extraordinária, no valor de R$ 105.000, sem cancelamento de ações. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., aprovada em assembleia geral extraordinária, no valor de R$ 64.800, sem cancelamento de ações. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Companhia, aprovada em assembleia geral extraordinária, no valor de R$ 100.000, sem cancelamento de ações, facultado aos acionistas a restituição por meio do recebimento de units de Klabin ou recebimento em dinheiro. Transcorrido o prazo de manifestação pela opção de restituição, acionistas titulares de 12.236.487 ações ordinárias de emissão da Companhia, mantiveram o procedimento padrão, por meio da restituição em units de Klabin e receberam 19.074.434 units, sem impacto em sua avaliação de investimento com influência significativa, enquanto os titulares das demais 14.734 ações ordinárias optaram pela restituição em dinheiro (**nota explicativa 18**). **Transações ocorridas em 2020**: Em 2020, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na investida HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A., pelo valor total de R$ 31.051, mediante pagamento de sinal e saldo a ser pago em 19 parcelas mensais, a partir de agosto de 2020, com atualização de CDI, acrescidos de 3,5% ao ano (**notas explicativas 9 e 19**). Em 2020, ocorreu a conversão das debêntures da 7ª emissão da coligada Klabin S.A. em 27.739.244 novas units e com aumento de capital de R$ 370.944, da qual a Companhia não participou, ocasionando uma diluição de sua participação na investida, porém obtendo ganho pelo valor do aumento de capital, reconhecido no resultado do exercício (**nota explicativa 19**). Em 2020, a investida Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. foi incorporada pela coligada Klabin S.A., resultando na substituição das 21.642 cotas da Sogemar por 10.408.916 novas ações ordinárias de Klabin, gerando um ganho na variação do percentual de participação de R$ 4.462 (**nota explicativa 19**). Em 2020, a Companhia adquiriu, através da sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., as 5.412.347 ações remanescentes de propriedade de terceiros da controlada em conjunto MAPISA I S.A., equivalente a 50% da participação, através de contrato de compra e venda firmado em 24 de novembro de 2020, pelo valor de R$ 681, pago no ato, passando a deter seu controle e a totalidade de suas ações. Em sua avaliação preliminar, a Companhia não encontrou ajustes relevantes no valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos, que totalizaram R$ 2.198, gerando um ganho por compra vantajosa de R$ 1.517 (**nota explicativa 19**), sujeitos a ajustes durante período de mensuração. Com a aquisição de controle da MAPISA I S.A., a Companhia passou a reconhecer os investimentos na JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A., Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A., PRS XIV Incorporadora S.A. e PRS XX Incorporadora S.A., controladas em conjunto da MAPISA I S.A.. Ainda em 2020, a Companhia alienou a totalidade de suas participações nas investidas PRS XIV Incorporadora S.A. e PRS XX Incorporadora S.A. (**nota explicativa 19**). **Controladas**: O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas:

		Participação no capital social (%)	
	Participação	31/12/2021	31/12/2020
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Direta/Indireta	100,00	100,00
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	99,99	99,99
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. (1)	Direta	99,99	99,99
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	100,00	100,00
Masa Mineração Ltda.	Direta	99,99	99,99
MAPISA I S.A.	Indireta	100,00	100,00
Fundos exclusivos consolidados na controladora			
Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Direta	100,00	100,00
Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00

(1) Investida com passivo a descoberto refletido no passivo não circulante da Companhia.

Os quadros abaixo apresentam o balanço patrimonial das controladas:

Participações em controladas	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		Timbutuva Empreendimentos Ltda.		MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	
Balanço patrimonial	31/12/2021	31/12/220	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo						
Circulante	62.894	24.721	24	23	166	1.163
Não circulante	22.952	99.525	10.944	10.945	–	1
Total do ativo	85.846	124.246	10.968	10.968	166	1.164
Passivo						
Circulante	63.685	377	16	15	5	2
Não circulante	1.106	3.097	360	–	3.700	4.750
Total do passivo	64.791	3.474	376	15	3.705	4.752
Patrimônio líquido	21.055	120.772	10.592	10.953	(3.539)	(3.588)
Demonstração do resultado	31/12/2021	31/12/220	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	5.284	16.410	(361)	(336)	49	916

Participação em controladas	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.		Masa Mineração Ltda.		MAPISA I S.A.*	
Balanço patrimonial	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo						
Circulante	63.777	22.513	2	3	2.550	1.811
Não circulante	–	66.000	–	–	806	3.914
Total do ativo	63.777	88.513	2	3	3.356	5.725
Passivo						
Circulante	57.872	793	–	–	1	1
Não circulante	2.510	27.327	–	–	46	1.599
Total do passivo	60.382	28.120	–	–	47	1.600
Patrimônio líquido	3.395	60.393	2	3	3.309	4.125
Demonstração do resultado	31/12/2021	31/12/220	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	7.353	10.213	(1)	(2)	(816)	(572)

(*) Aquisição do controle em novembro de 2020 (combinação de negócios realizada em estágios)

As informações sobre as controladas são: **Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.**: A sociedade foi constituída em 31/03/2008 e tem por objeto social o desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário. **Timbutuva Empreendimentos Ltda.**: A sociedade foi constituída em 17/12/2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários (**nota explicativa 11**). **MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.**: A sociedade foi constituída em 06/01/2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários. **Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.**: A sociedade foi constituída em 30/06/2010 e tem como objeto social promover, mediante incorporação e construção do empreendimento comercial no Centro do Rio de Janeiro - "Torre 1º de Março" (**nota explicativa 11**). **Masa Mineração Ltda**.: A sociedade foi constituída em 28/04/2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados, e participação em outras sociedades. **Mapisa I S.A.**: A sociedade foi constituída em 01/06/2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários. Em novembro de 2020, a Companhia adquiriu, através da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., as ações remanescentes de propriedade de terceiros da sociedade, adquirindo o seu controle. **Controladas em conjunto** O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas em conjunto:

		Participação no capital social (%)	
	Participação	31/12/2021	31/12/2020
Telecel Participações Ltda.	Direta	–	33,33
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	Indireta	40,00	40,00
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	52,00	52,00
PRS XXIV Incorporadora S.A.	Indireta	50,00	50,00
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. (1)	Indireta	50,00	50,00
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A. (1) (2)	Indireta	50,00	50,00

(1) Reconhecimento de controladas em conjunto em novembro de 2020 (combinação de negócios realizada em estágios). (2) Investida com passivo a descoberto refletido no passivo não circulante da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das controladas em conjunto:

Participações nas controladas em conjunto	Telecel Participações Ltda.		Carapa Empreendimentos Imobiliário SPE S.A.		MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.		PRS XXIV Incorporadora S.A.	
Balanço patrimonal	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo								
Circulante	–	–	11.930	15.302	12	39	25	109
Não circulante	–	86	18.321	18.374	7.708	7.642	3.678	18.127
Total do ativo	–	86	30.251	33.676	7.720	7.681	3.703	18.236
Passivo								
Circulante	–	–	1.284	1.141	–	–	–	2.586
Não circulante	–	1	260	1.283	50	–	2.304	2.514
Total do passivo	–	1	1.544	2.424	50	–	2.304	5.100
Patrimônio líquido	–	85	28.707	31.252	7.670	7.681	1.399	13.136
Demonstração do resultado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do período	–	–	655	407	(11)	(9)	(3.524)	3.620

Participações nas controladas em conjunto	JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.*		Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.*		MAPISA I S.A. **	
Balanço patrimonial	31/12/2021	31/12/220	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo						
Circulante	3.893	7.286	362	1.066	–	–
Não circulante	26	39	30	–	–	–
Total do ativo	3.919	7.325	392	1.066	–	–
Passivo						
Circulante	2.730	402	34	77	–	–
Não circulante	26	84	450	–	–	–
Total do passivo	2.756	486	484	77	–	–
Patrimônio líquido	1.163	6.839	(92)	989	–	–
Demonstração do resultado	31/12/2021	31/12/220	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do período	(406)	662	(1.089)	(617)	–	681

(*) Considera o resultado após novembro de 2020 (combinação de negócios realizada em estágios). **(**)** Considera o resultado de 2020 até a aquisição do controle, em novembro (combinação de negócios realizada em estágios)

As informações sobre as controladas em conjunto são: Telecel Participações Ltda.: A sociedade foi constituída em 23/04/1992 tendo como objeto social a participação em sociedades que tenham por objeto a implantação, prestação e operação de serviços de telecomunicações sem fio. Em setembro de 2021, a investida foi incorporada pela Telecel Telecomunicações Ltda. **Telecel Telecomunicações Ltda.** A sociedade foi constituída em 15/04/1992 tendo como objeto social a implantação, prestação e operação de serviços de telecomunicações, em especial os serviços de telecomunicações sem fio. Em dezembro de 2021, os sócios realizaram distrato da sociedade, extinguindo assim a investida. **Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.**: A sociedade foi constituída em 04/11/2009 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento comercial e residencial no bairro Cachambi, na cidade e estado do Rio de Janeiro. **Mapisa I S.A.**: A sociedade foi constituída em 01/06/2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários. Em novembro de 2020, a Companhia adquiriu, através da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., as ações remanescentes de propriedade de terceiros da sociedade, adquirindo seu controle. **MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.**: A sociedade foi constituída em 21/01/2015 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, no bairro de Ipanema, na cidade e estado do Rio de Janeiro. **PRS XXIV Incorporadora S.A.**: A sociedade foi constituída em 03/03/2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, no bairro da Tijuca, na cidade e estado do Rio de Janeiro. **JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.**: A sociedade foi constituída em 08/11/2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. **Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.**: A sociedade foi constituída em 03/11/2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Salvador no estado da Bahia. **Coligadas**: O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas coligadas:

		Participação no capital social (%)	
	Participação	31/12/2021	31/12/2020
Ultrapar Participações S.A. (1) (2)	Direta	–	4,19
Klabin S.A. (1)	Direta	4,49	6,40
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. (3)	Direta	10,00	10,00

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Reclassificado para outros investimentos, avaliado a valor justo. (3) Investida com passivo a descoberto, refletido no passivo não circulante da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das coligadas:

Participações em coligadas	Ultrapar Participações S.A. *		Klabin S.A.		Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.		Hesa 159 Investimentos Imobiliários S.A.	
Balanço patrimonial	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo								
Circulante	–	1.297.101	13.072.755	9.935.323	2	1	–	–
Não circulante	–	11.695.597	27.480.124	24.351.092	–	–	–	–
Total do ativo	–	12.992.698	40.552.879	34.286.415	2	1	–	–
Passivo								
Circulante	–	1.566.780	5.501.746	3.435.511	20	19	–	–
Não circulante	–	1.892.172	29.311.565	27.040.599	–	–	–	–
Total do passivo	–	3.458.952	34.813.311	30.476.110	20	19	–	–
Patrimônio líquido	–	9.533.746	5.739.568	3.810.305	(18)	(18)	–	–
Demonstração do Resultado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do período	132.163	893.383	4.151.123	(2.487.870)	(5)	(7)	–	(72)

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Reclassificado para outros investimentos, avaliado a valor justo. (3) Investida com passivo a descoberto, refletido no passivo não circulante da Companhia. (*) Considera o resultado até março de 2021 (reclassificado para outros investimentos em abril de 2021, avaliado a valor justo).

As informações sobre as coligadas são: Ultrapar Participações S.A.: A sociedade foi constituída em 11/12/1953 e tem como objeto social a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços e em atividades congêneres, inclusive mediante participação em outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua na distribuição e varejo especializado de combustíveis ("Ipiranga") e de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), no varejo farmacêutico ("Extrafarma"), na indústria de especialidades químicas ("Oxiteno"), e na armazenagem de granéis líquidos ("Ultracargo"). Em abril de 2021, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida, passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial. **Klabin S.A.**: A sociedade foi constituída em 20/12/1934 e tem como objeto social a atuação em segmentos da indústria de papel e celulose, mediante produção e venda de madeira, papéis de embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado e celulose, para os mercados interno e externo. Parte de suas atividades são integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais. **Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.**: A sociedade foi constituída em 12/04/2006 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial no bairro de Jurubatuba, subdistrito Capela do Socorro, na capital do estado de São Paulo. **Hesa 159 – Investimentos Imobiliários S.A.**: A sociedade foi constituída em 18/02/2013 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial na capital do estado de São Paulo. Em julho de 2020, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade (**notas explicativas 9 e 19**). **Outros investimentos: As informações sobre os outros investimentos são: Ultrapar Participações S.A.**: A sociedade foi constituída em 11/12/1953 e tem como objeto social a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços e em atividades congêneres, inclusive mediante participação em outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua na distribuição e varejo especializado de combustíveis ("Ipiranga") e de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), no varejo farmacêutico ("Extrafarma"), na indústria de especialidades químicas ("Oxiteno"), e na armazenagem de granéis líquidos ("Ultracargo"). **Sogemar – Sociedade Geral de Marcas Ltda.**: A sociedade foi constituída em 31/07/1998 e tem como objeto social a locação, arrendamento, ou licenciamento de uso de marcas e outros bens próprios e direitos de qualquer natureza. Em novembro de 2020, a investida foi incorporada pela coligada Klabin S.A.. **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas**: A sociedade foi constituída em 23/09/2005 e tem como objeto social a atuação na exploração de atividades agrícola, pecuária e florestal. **Nortec Química S.A.**: A sociedade foi constituída em 20/12/1985 e tem como objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, a realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e de produtos, a prestação de assistência técnica e de serviços na área comercial, tecnológica e de produção para terceiros e a participação em outras sociedades, como sócia-cotista ou acionista. **15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO**: São representadas por imóveis de propriedade da Companhia disponíveis para aluguel, avaliados à valor justo, por profissionais independentes.

	Controladora e Consolidado	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	23.051	46.205
Ajuste a valor justo	78	(1.814)
Custos de transmissão	–	660
Baixa por alienação	–	(22.000)
Saldo no fim do exercício	23.129	23.051

Em julho de 2020, a Companhia alienou o Edifício Monteiro Aranha, para membros do grupo de controle da Companhia, pelo valor total de R$ 22.000, com entrada paga no ato da assinatura do contrato de compra e venda, e saldo a ser pago em até 05 parcelas semestrais, a partir de dezembro de 2020, com atualização de CDI, acrescidos de 4,5% ao ano (**notas explicativas 9 e 10**). As propriedades para investimento geraram para a Companhia uma receita de aluguel de R$ 2.174 até 31/12/2021 (até 31/12/2020 – R$ 2.290). **16. IMOBILIZADO: (a) Composição do imobilizado**: O quadro abaixo apresenta a composição do imobilizado:

	31/12/2021			31/12/2020
Controladora	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Veículos e equipamentos de informática	1.441	(955)	486	658
Direito de uso por arrendamento	11.546	(1.910)	9.636	9.238
Móveis e utensílios e outros	1.619	(1.284)	335	422
Total	14.606	(4.149)	10.457	10.318
	31/12/2021			31/12/2020
Consolidado	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	34	(20)	14	14
Veículos e equipamentos de informática	1.483	(994)	489	659
Direito de uso por arrendamento	11.546	(1.910)	9.636	9.238
Móveis e utensílios e outros	1.647	(1.312)	335	422
Total	14.710	(4.236)	10.474	10.333

(b) Movimentação do imobilizado: O quadro abaixo apresenta a movimentação sumária do imobilizado:

	Controladora				
	Edifícios	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso p/arrendamento	Móveis e utensílios e outros	Total
Custo					
Em 31/12/2020	–	1.675	10.500	1.617	13.792
Adições	–	36	1.046	2	1.084
Baixa	–	(270)	–	–	(270)
Em 31/12/2021	–	1.441	11.546	1.619	14.606
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2020	–	(1.017)	(1.262)	(1.195)	(3.474)
Adições	–	(208)	(648)	(89)	(945)
Baixas	–	270	–	–	270
Em 31/12/2021	–	(955)	(1.910)	(1.284)	(4.149)
Líquido	–	486	9.636	335	10.457

	Controladora				
	Edifícios	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso p/arrendamento	Móveis e utensílios e outros	Total
Custo					
Em 31/12/2019	–	1.406	10.988	1.615	14.009
Adições	–	269	712	2	983
Baixa	–	–	(1.200)	–	(1.200)
Em 31/12/2020	–	1.675	10.500	1.617	13.792
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2019	–	(840)	(618)	(1.101)	(2.559)
Adições	–	(177)	(644)	(94)	(915)
Baixas	–	–	–	–	–
Em 31/12/2020	–	(1.017)	(1.262)	(1.195)	(3.474)
Líquido	–	658	9.238	422	10.318

	Consolidado				
	Edifícios	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso p/arrendamento	Móveis e utensílios e outros	Total
Custo					
Em 31/12/2020	34	1.764	10.500	1.645	13.943
Adições	–	41	1.046	2	1.089
Baixas	–	(322)	–	–	(322)
Em 31/12/2021	34	1.483	11.546	1.647	14.710
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2020	(20)	(1.105)	(1.262)	(1.223)	(3.610)
Adições	–	(211)	(648)	(89)	(948)
Baixas	–	322	–	–	322
Em 31/12/2021	(20)	(994)	(1.910)	(1.312)	(4.236)
Líquido	14	489	9.636	335	10.474

	Consolidado				
	Edifícios	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso p/arrendamento	Móveis e utensílios e outros	Total
Custo					
Em 31/12/2019	34	1.495	10.988	1.643	14.160
Adições	–	274	712	2	988
Baixas	–	(5)	(1.200)	–	(1.205)
Em 31/12/2020	34	1.764	10.500	1.645	13.943
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2019	(18)	(928)	(618)	(1.128)	(2.692)
Adições	(2)	(177)	(644)	(95)	(918)
Em 31/12/2020	(20)	(1.105)	(1.262)	(1.223)	(3.610)
Líquido	14	659	9.238	422	10.333

(c) Método de depreciação: O quadro abaixo apresenta as taxas de depreciação utilizadas com base na vida útil econômica dos bens imobilizados da Companhia:

	Taxa Anual (%)	Vida útil (em anos)
Controladora e Consolidado		
Edifícios	4	25
Veículos	20	5
Equipamentos de informática	20	5
Móveis e utensílios	10	10
Direito de uso por arrendamento	5	20

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS: De acordo com o CPC 25, a Administração adota o procedimento de classificar os processos administrativos ou judiciais em face da Companhia em função do risco de perda, baseado na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de **risco provável**	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de **risco possível**	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de **risco remoto**
São constituídas provisões	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras

Não existem contingências tributárias, cíveis e trabalhistas relevantes que tenham sido avaliadas como de perda provável ou possível que devessem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. **18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**: **(a) Capital social**: O capital social, subscrito e integralizado, da Companhia no encerramento dos exercícios reportados, está representado por 12.251.221 ações ordinárias, sem valor nominal, correspondente ao valor de R$ 716.838 em 2020 e R$ 616.838 em 2021. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Companhia, aprovada em assembleia geral extraordinária, no valor de R$ 100.000, sem cancelamento de ações, facultado aos acionistas a restituição por meio do recebimento de units de Klabin ou recebimento em dinheiro. **(b) Lucro por ação**: Nos exercícios apresentados, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos com potencial dilutivo, sendo, portanto, equivalentes o seu lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	591.383	(9.345)
Média ponderada de número de ações	12.251.221	12.251.221
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais	48,27	(0,76)

(c) Reserva de lucros: (i) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido auferido do exercício, que não exceda a 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja deliberado pela Assembleia Geral. **(ii) Reserva para investimentos**: Tem por finalidade financiar futuros projetos da Companhia. **(iii) Reserva Estatutária**: Composta pela Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de até 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, não podendo ultrapassar o capital social, para o financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. **(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**: O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, podendo a Diretoria levantar balanços intermediários e declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços. Em 2021, a Companhia declarou R$ 499.000 em dividendos e R$ 41.000 em juros sobre o capital próprio, sendo R$ 332.101 atribuídos ao lucro do exercício e R$ 207.899 a reserva para investimentos.

Proventos	Data de aprovação	Valor total	Valor por ação	Data do pagamento
Dividendos	16/03/2021	40.000	3,26498	01/04/2021
Juros s/ capital próprio	16/03/2021	10.000	0,81625	01/04/2021
Dividendos	17/05/2021	42.000	3,42823	02/06/2021
Juros s/ capital próprio	17/05/2021	8.000	0,65300	02/06/2021
Dividendos	15/07/2021	8.000	0,65300	02/08/2021
Juros s/ capital próprio	15/07/2021	7.000	0,57137	02/08/2021
Dividendos	15/09/2021	43.000	3,50985	01/10/2021
Juros s/ capital próprio	15/09/2021	7.000	0,57137	01/10/2021
Dividendos	29/10/2021	300.000	24,48736	05/11/2021
Dividendos	14/12/2021	66.000	5,38722	30/12/2021
Juros s/ capital próprio	14/12/2021	9.000	0,73462	30/12/2021

O dividendo mínimo obrigatório do exercício foi calculado como se segue:

Descrição	31/12/2021	por ação	31/12/2020	por ação
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	591.383		(9.345)	
Reserva legal	(29.570)		–	
Baixa do custo atribuído ao imobilizado	–		8.589	
Base de cálculo	561.813		(756)	
Percentual do dividendo	25%		25%	
Dividendo mínimo obrigatório	140.453	11,46	–	0,00

A movimentação dos dividendos e JCP a pagar no exercício ocorreram de acordo com o quadro abaixo:

	Dividendos		JCP	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	149	82	10.660	7.693
Distribuições aprovadas no período	499.000	22.000	41.000	51.000
Pagamentos realizados	(498.939)	(21.924)	(51.606)	(48.014)
Prescrições	(31)	(9)	(13)	(19)
Saldo Final	179	149	41	10.660

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS: O quadro abaixo apresenta o saldo de outras receitas líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Receitas de aluguéis de imóveis	2.174	2.290	2.174	2.343
Receitas de dividendos [1]	32.414	12.479	32.414	12.479
Ajuste a valor justo de investimentos [2]	300.922	34.618	310.723	34.618
Variação do percentual de participação [3]	–	19.576	–	19.576
Resultado da venda de investimentos [4]	48.038	42.391	48.038	50.881
Avaliação de propriedade para investimento	78	–	78	–
Ganho por compra vantajosa de investimentos	–	–	–	1.517
Outras receitas operacionais	9	210	514	225
	383.635	111.564	393.941	121.639
Despesas				
Variação do percentual de participação	(268)	–	(268)	–
Ajuste de reclassificação de ativo [5]	(26.711)	–	(26.711)	–
Avaliação de propriedade para investimento	–	(1.814)	–	(1.814)
Outras despesas operacionais	–	–	–	(4)
	(26.979)	(1.814)	(26.979)	(1.818)
	356.656	109.750	366.962	119.821

[1] Dividendos recebidos de outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (nota explicativa 14). [2] Resultado da avaliação de investimentos de caráter permanente, avaliados a valor justo (nota explicativa 14). [3] Variação da participação no investimento pelo aumento de capital social, na conversão de debêntures e na incorporação da Sogemar pela Klabin, e pela movimentação de ações em tesouraria (**nota explicativa 14**). [4] Resultado da venda de investimentos avaliados por equivalência patrimonial (**nota explicativa 14**). [5] Baixa de outros resultados abrangentes reflexos na perda de influência significativa em coligadas (**nota explicativa 14**).

20. DESPESAS POR NATUREZA: O quadro abaixo apresenta as informações das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(19.896)	(19.768)	(21.708)	(21.908)
Contratação de serviços	(3.382)	(6.814)	(4.318)	(6.403)
Despesas tributárias	(1.003)	(546)	(1.025)	(1.158)
Depreciação e amortização	(837)	(815)	(840)	(818)
Aluguéis e condomínio	(295)	(551)	(319)	(1.628)
Comunicações, utilidades e publicações	(559)	(584)	(607)	(616)
Manutenção e conservação	(167)	(146)	(181)	(163)
Doações	(1.382)	(1.327)	(1.384)	(1.329)
Outras despesas	(2.291)	(1.673)	(2.360)	(2.541)
Doações para auxílio no combate ao COVID-19	(1.475)	(1.913)	(1.475)	(1.913)
	(31.287)	(34.137)	(34.217)	(38.477)

21. RESULTADO FINANCEIRO: O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação em renda fixa	7.250	5.672	8.204	5.911
Variação de aplicação em renda variável	508.050	611.517	508.051	611.517
Aluguel de ações	–	32	–	32
Variações monetárias	599	629	8.703	4.379
Variações cambiais	–	3.165	–	3.165
Derivativos	–	53.748	–	53.748
Outras receitas financeiras	506	475	612	718
	516.405	675.238	525.570	679.470
Despesas financeiras				
Perdas de aplicação em renda fixa	–	(775)	–	(776)
Variação de aplicação em renda variável	(368.847)	(501.356)	(368.847)	(501.356)
Variações monetárias	(11.425)	(2.473)	(11.425)	(5.045)
Variações cambiais	–	(45.395)	–	(45.395)
Derivativos	–	(12.792)	–	(12.792)
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.053)	(1.052)	(1.053)	(1.052)
Encargos sobre debêntures	(16.322)	(6.235)	(16.322)	(6.235)
Outras despesas financeiras	(80)	(9)	(85)	(11)
Tributos sobre receita financeira	(2.052)	(10.615)	(2.250)	(10.702)
	(399.779)	(580.702)	(399.982)	(583.364)
Resultado financeiro líquido	116.626	94.536	125.588	96.106

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos, majoritariamente, por títulos públicos (LFT, LTN e NTN) e CDB de instituições financeiras, fundos de renda fixa, ações de companhias listadas na B3 e em bolsas internacionais, *Exchange Traded Funds* ("ETF"), contratos de swap, dólar futuro, índice Ibovespa futuro, índice S&P 500 futuro, operação a termo de ações, empréstimos e debêntures. O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros:

	Controladora				Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo		Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	223.018	197.286	223.018	197.286	225.382	199.646	225.382	199.646
Aplicações financeiras	535.772	440.233	535.772	440.233	536.060	440.233	536.060	440.233
Contas a receber	123	63	123	63	474	1.147	474	1.147
Alienação de investimentos	7.201	6.602	7.201	6.602	12.086	29.179	12.086	29.179
Alienação de estoques	–	–	–	–	62.733	88.176	62.733	88.176
Créditos com operações financeiras **(a)**	14.252	–	14.252	–	14.252	–	14.252	–
Partes relacionadas **(b)**	67.560	23.801	67.560	23.801	1.664	374	1.664	374
Investimentos [1]	964.242	134.251	964.242	134.251	964.242	134.251	964.242	134.251
Obrigações com operações financeiras **(a)**	(4.113)	(430)	(4.113)	(430)	(4.113)	(430)	(4.113)	(430)
Empréstimos e financiamentos **(c)**	(201.681)	(201.364)	(202.591)	(201.364)	(201.681)	(201.364)	(202.591)	(201.364)
Debêntures **(d)**	(704.333)	(200.053)	(772.260)	(200.053)	(704.333)	(200.053)	(772.260)	(200.053)

[1] Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 14**).

(a) Crédito e obrigações com operações financeiras: (i) Futuro de dólar, índices Ibovespa e S&P 500: Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia utiliza-se de compras e vendas no mercado futuro de dólar, índice Ibovespa e índice S&P 500. Essas operações são realizadas no âmbito da B3, com ajustes de posição liquidados diariamente (**nota explicativa 8**). **(ii) Termo de ações**: A Companhia utiliza operações de termo de ações (venda de uma ação com uma compra a termo da mesma ação por um preço predeterminado) para obter recursos de curto prazo e aumentar suas disponibilidades financeiras (**nota explicativa 8**). **(iii) Opção de ações**: Em 2021, a Companhia, adquiriu, de forma indireta, através do FIP Alta, opção de compra de mais 2.375.479 ações ordinárias da companhia Nortec Química S.A., e opção de venda de até a totalidade de sua participação na companhia, podendo essas opções serem exercidas em até 3 anos. **(b) Partes relacionadas**: A Companhia realizou operação de mútuo com sua controlada indireta Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., no valor de R$ 60.000, com vencimento em 2 anos, e com amortizações semestrais em até 5 parcelas, sem cobrança de juros e sujeito a antecipação (**nota explicativa 10**). Em 2021 foi realizada a liquidação do saldo remanescente do mútuo, no montante de R$ 23.800. Em 2021, a controlada em conjunto JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. aprovou a redução de seu capital social em R$ 5.020 (**nota explicativa 14**), com saldo a liquidar de R$ 1.360 em 31/12/2021. Em 2021, a controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. aprovou a redução de seu capital social em R$ 105.000 (**nota explicativa 14**), com saldo a liquidar de R$ 63.500 em 31/12/2021. **(c) Empréstimos e financiamentos**: Em 2020, a Companhia firmou contratos de cédula de crédito bancário ("CCB") no valor total de R$ 200.000, com taxa de juros de CDI e acréscimo de taxa fixa entre 0,98% a 1,50% ao ano, e vencimentos em parcelas ao longo de 2021 e 2022 com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações e outras aplicações financeiras, sem *covenants* financeiros. Os recursos obtidos com esses empréstimos foram direcionados para o alongamento do passivo bancário, investimentos, aplicações financeiras, reforço de capital de giro e/ou demais usos gerais da Companhia. Em 2021, a Companhia realizou a portabilidade de parte de seus contratos de CCB, mantendo o montante de R$ 200.000, com taxa de juros de CDI e acréscimo de taxa fixa entre 0,55% a 1,50% ao ano, vencimentos ao longo de 2022, com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações e outras aplicações financeiras, sem *covenants* financeiros.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	201.364	–
Parcelas recebidas	–	200.000
Juros	11.425	1.364
Parcelas pagas	(11.108)	–
Saldo final	201.681	201.364

d) Debêntures: Em 2019, a Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures, no valor de R$ 200.000, não conversíveis em ações e em série única. As debêntures terão vencimento em 5 anos, com amortizações semestrais em 4 parcelas de 2023 a 2024, e com remuneração correspondente a taxa de CDI e acréscimo de taxa fixa de 0,36% ao ano, com pagamentos semestrais entre 2020 e 2025, com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. Os recursos obtidos com essa emissão foram direcionados para o alongamento do passivo bancário, investimentos, aplicações financeiras e capital de giro da Companhia. Em 2021, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures, no valor de R$ 500.000, não conversíveis em ações e em série única. As debêntures terão vencimento em 5 anos, com amortizações semestrais em 5 parcelas de 2024 a 2026, e com remuneração correspondente a taxa de CDI e acréscimo de taxa fixa de 1,35% ao ano, com pagamentos semestrais entre 2022 e 2026, com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. Os recursos obtidos com essa emissão foram direcionados para o alongamento do passivo bancário, investimentos, reforço de capital de giro e demais usos gerais da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	200.053	200.445
Novas captações	500.000	–
Juros remuneratórios	16.146	6.234
Amortizações e pagamentos	(9.275)	(6,626)
Custo de emissão	(2.591)	–
Saldo final	704.333	200.053

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS: 23.1. Risco em investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto: Os principais ativos da Companhia são os investimentos na Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. e BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas. Os detalhamentos de seus riscos e suas políticas de gerenciamento de riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras das referidas investidas, incluindo os efeitos relacionados a pandemia da COVID-19. A Companhia detém também investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto no setor imobiliário, que estão expostos a riscos associados à incorporação imobiliária, construção e venda de imóveis, e pode ser fortemente influenciado pelos riscos de aumento de alíquotas de impostos existentes, criação de novos impostos, conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor através de desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política. A mudança nas políticas de financiamento para compra de imóveis e/ou aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores de imóveis para financiar suas aquisições. Consequentemente, tais fatos podem causar uma redução da demanda por imóveis das investidas, podendo gerar perdas e prejuízos substanciais, colocando em risco a capacidade das investidas em pagar as suas despesas e obrigações, e distribuir dividendos ou até mesmo a realização dos empreendimentos. Eventuais restrições ao crédito e fatores macroeconômicos, tais como variações nas taxas de desemprego e de juros, podem impactar de maneira significativa a comercialização de unidades imobiliárias pela investida, ocasionando prejuízos financeiros e colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. Nesse segmento, a Companhia tem como estratégia investir em Sociedades de Propósitos Específicos ("investidas") em parceria com empresas do setor imobiliário, portanto, está exposta ao risco de os sócios nas investidas apresentarem dificuldades financeiras, serem demandados em processos judiciais ou qualquer outro fato que possa vir a prejudicar a sua capacidade financeira, sua imagem e sua atuação neste segmento ou, ainda, que possa comprometer a viabilidade financeira das investidas, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. As matérias-primas básicas utilizadas podem sofrer aumentos de preço em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos celebrados. A elevação do preço dos insumos a valores superiores ao que o mercado consumidor é capaz de absorver pode gerar dificuldade na comercialização dos imóveis e a consequente diminuição da lucratividade destes investimentos. Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços por parte das construtoras contratadas pelas investidas podem ter um efeito adverso e sujeitar estas à imposição de responsabilidade civil e prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. A utilização de mão de obra terceirizada por parte das investidas implica a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária por solidariedade, podendo gerar prejuízos financeiros ou de imagem e colocar em risco a rentabilidade dos empreendimentos. Adicionalmente, o setor depende de serviços públicos, em especial os de água e energia elétrica, e de uma vasta cadeia de produtos, serviços e outros fatores inerentes ao mercado imobiliário, fazendo com que qualquer diminuição ou interrupção desses possam causar dificuldades ou prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. A atividade imobiliária está sujeita à legislação vigente, dependendo de autorizações e licenças exigidas no que diz respeito à construção, uso do solo, proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, proteção ao consumidor e outros, que afetam as atividades de aquisição de terrenos, incorporação e construção. A impossibilidade de obter tais autorizações e licenças, ou a ocorrência de atrasos na sua obtenção, podem causar prejuízos financeiros e colocar em risco a realização ou a rentabilidade dos empreendimentos. Na hipótese de eventual descumprimento da legislação vigente é possível que ocorram sanções administrativas, tais como imposição de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além de outras penalidades civis e criminais, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. O mercado imobiliário está sujeito também a mudanças nas regulamentações relativas à edificação e ao zoneamento. Mudanças de regulamentações relativas à edificação e ao zoneamento, antes ou durante a execução do projeto imobiliário, podem causar prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. Esses riscos podem gerar prejuízos substanciais para a Companhia, na medida em que coloca em risco a capacidade da investida em pagar suas obrigações e distribuir dividendos, podendo, inclusive, obrigar a Companhia a responder solidariamente pelas obrigações financeiras e eventuais processos nas esferas criminal, cível e trabalhista das investidas. **23.2. Risco de liquidez e de crédito:** O risco de liquidez é o risco da Companhia não cumprir com as suas obrigações financeiras. Tendo em vista que os saldos de caixa, de equivalentes de caixa, aplicações financeiras e demais créditos, são superiores às obrigações contraídas de curto prazo, a Administração julga ser baixo o risco em relação à capacidade de pagamento pontual de suas obrigações. O quadro abaixo demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31/12/2021 e 31/12/2020:

	Controladora							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	(279)	–	–	(279)	(133)	–	–	(133)
Dividendos e JCP a pagar	(220)	–	–	(220)	(10.809)	–	–	(10.809)
Operações financeiras	(4.113)	–	–	(4.113)	(430)	–	–	(430)
Empréstimos e financiamentos	(219.663)	–	–	(219.663)	(155.530)	(54.235)	–	(209.765)
Debêntures	(82.373)	(926.336)	–	(1.008.709)	(5.779)	(238.990)	–	(244.769)
	(306.648)	(926.336)	–	(1.232.984)	(172.681)	(293.225)	–	(465.906)

	Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	(413)	–	–	(413)	(474)	–	–	(474)
Dividendos e JCP a pagar	(220)	–	–	(220)	(10.809)	–	–	(10.809)
Operações financeiras	(4.113)	–	–	(4.113)	(430)	–	–	(430)
Empréstimos e financiamentos	(219.663)	–	–	(219.663)	(155.530)	(54.235)	–	(209.765)
Debêntures	(82.373)	(926.336)	–	(1.008.709)	(5.779)	(238.990)	–	(244.769)
	(306.782)	(926.336)	–	(1.233.118)	(173.022)	(293.225)	–	(466.247)

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir com uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Para mitigar esses riscos, as disponibilidades financeiras e os contratos de *swap* são mantidos em instituições financeiras consideradas de primeira linha pela Administração. **23.3. Risco cambial:** O risco cambial é a possibilidade de haver variações na taxa de câmbio (Real/Dólar). Considerando que a Companhia tem exposição positiva ao Dólar, o risco seria esta moeda se desvalorizar frente ao Real. A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco cambial a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 24.i)**. **23.4. Risco de taxa de juros:** Parte das aplicações financeiras da Companhia estão atreladas às variações das taxas Selic e CDI, expondo esses ativos às variações dessas taxas. Em caso de redução das taxas de juros, no entanto, é provável que a Companhia apresente uma redução de ganhos nas aplicações financeiras com exposição as taxas Selic e CDI. A Companhia emitiu 200.000 debêntures em 2019, no valor de R$ 200.000, sujeita a uma taxa de juros remuneratórios de CDI, acrescidos de taxa fixa ao ano. Desta forma a Companhia está exposta a variação do CDI sobre o valor destas debêntures. A Companhia captou em 2020 recursos através de cédulas de crédito bancário ("CCB"), no valor total de R$ 200.000, sujeita a uma taxa de juros remuneratórios de CDI, acrescido de taxa fixa ao ano. Desta forma a Companhia está exposta a variação do CDI sobre o valor destes empréstimos. A Companhia emitiu 500.000 debêntures em 2021, no valor de R$ 500.000, sujeita a uma taxa de juros remuneratórios de CDI, acrescidos de taxa fixa ao ano. Desta forma a Companhia está exposta a variação do CDI sobre o valor destas debêntures. A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de taxa de juros a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 24.ii)**. **23.5. Risco de volatilidade no preço de ações e cotas de fundos de investimentos:** A Companhia investe, através de seus fundos exclusivos, em ações negociadas na B3, em bolsas estrangeiras e em cotas de fundos de investimentos, portanto, está exposta à variação do preço desses ativos. Para administrar o risco decorrente de investimentos em ações e cotas de fundos de investimentos, a carteira é diversificada com gestão profissional, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos que possam causar volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos de sua propriedade, a Companhia utilizou-se e pode vir a utilizar instrumentos de proteção como por exemplo venda a descoberto de BOVA11, venda de índice Ibovespa futuro, compra ou venda de opções de ações e índices e contratos de *swap*. A Administração da Companhia acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de volatilidade no preço das ações e das cotas de fundos de investimentos a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 24.iii)**.

24. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE: (i) Análise de sensibilidade do câmbio: O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do câmbio com base na cotação do Dólar em Real em 31/12/2021, considerando desvalorizações de 25% e 50%:

Operação	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa de câmbio R$/US$ em 31/12/2021	5,58	4,18	2,79
Ações	162.835	122.126	81.418
Dólar futuro (valor nocional)	198.108	148.581	99.054
Total	360.943	270.707	180.472
Efeito no resultado financeiro		**(90.236)**	**(180.471)**

(ii) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros: Parte substancial das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são indexados às taxas CDI e SELIC. Por outro lado, há também CCBs e debêntures emitidas pela Companhia atreladas ao CDI **(nota explicativa 23.c)**. O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade em 31/12/2021, considerando a diminuição das taxas do cenário base em 25% e 50% para as aplicações financeiras, e um aumento das taxas do cenário base em 25% e 50% para as CCB e debêntures emitidas pela Companhia.

		Saldo em	Cenário Base		Cenário I – 25%		Cenário II – 50%	
Operação		31/12/2021	Taxa	Impacto $	Taxa	Impacto $	Taxa	Impacto $
CDBs	CDI	229.189	9,15%	–	6,86%	(5.243)	4,58%	(10.485)
Fundos de investimento renda fixa	CDI	90.583	9,15%	–	6,86%	(2.072)	4,58%	(4.144)
Letras de arrendamento mercantil	CDI	2.405	9,15%	–	6,86%	(55)	4,58%	(110)
Letras financeiras	CDI	739	9,15%	–	6,86%	(17)	4,58%	(34)
Títulos públicos	SELIC	18.986	9,15%	–	6,86%	(434)	4,58%	(869)
Alienação de investimento	CDI	12.086	9,15%	–	6,86%	(276)	4,58%	(553)
Alienação de estoque	CDI	62.733	9,15%	–	6,86%	(1.435)	4,58%	(2.870)
Total		**416.721**				**(9.532)**		**(19.065)**

		Saldo em	Cenário Base		Cenário I + 25%		Cenário II + 50%	
Operação		31/12/2021	Taxa	Impacto $	Taxa	Impacto $	Taxa	Impacto $
Empréstimos (CCBs)	CDI	(201.681)	9,15%	–	11,44%	4.613	13,73%	9.227
Debêntures	CDI	(704.333)	9,15%	–	11,44%	16.112	13,73%	32.223
Total		**(906.014)**				**20.725**		**41.450**

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

Considerando que os impactos financeiros da variação da taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados sobre essas variações poderão ser parcialmente compensados. **iii) Análise de sensibilidade dos preços de ações e cotas de fundos de investimentos:** O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade no valor das ações e nas cotas de fundos de investimentos com base nas cotações de mercado em 31/12/2021, considerando a desvalorização da carteira em 25% e 50%:

Operação	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
FIA	146.729	110.047	73.365
Ações	162.835	122.126	81.418
FICs de FIM	37.656	28.242	18.828
FIPs	54.422	40.817	27.211
FII	14.814	11.111	7.407
Investimentos (1)	964.242	723.182	482.121
Total	1.380.698	1.035.525	690.350
Efeito no resultado financeiro		**(345.173)**	**(690.348)**

(1) Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (nota explicativa 14).

25. COBERTURA DE SEGUROS: Os imóveis de propriedade da Companhia e o conteúdo da sua sede, situada no bairro Leblon - RJ estão cobertos por apólice de seguros contra incêndio e danos. A Companhia possui, ainda, apólices de seguro com cobertura para danos, furto e roubo para os veículos de sua propriedade e seguro de responsabilidade civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros (*D&O - Directors and Officers*). Todas as apólices de seguro estavam vigentes no exercício reportado e são renovadas anualmente. **26. Eventos subsequentes:** Em fevereiro de 2022, a Companhia celebrou aditamento à CCB junto ao Banco XP S.A., no valor de R$ 50.000, prorrogando o vencimento de fevereiro de 2022 para março de 2022, com alteração da taxa de 100% do CDI mais taxa fixa de 0,98% ao ano, para 100% do CDI, e mantendo-se todas as demais condições. Em março de 2022, a Companhia celebrou novo aditamento à esta mesma CCB, prorrogando o vencimento de março para maio de 2022, com alteração da taxa para 100% do CDI e acréscimo de taxa fixa de 0,20% ao ano, a partir de 21 de abril de 2022, mantendo-se todas as demais condições. Ao longo do 1º trimestre de 2022, foi realizada a liquidação antecipada do saldo remanescente do contas a receber da Companhia, referente ao parcelamento das alienações do Edifício Monteiro Aranha e dos 13 pavimentos da Torre 1º de Março **(notas explicativas 9, 11 e 15)**, com valores reajustados até a data do efetivo recebimento, de acordo das condições contratualmente estabelecidas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - Presidente; **Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães** - 1º Vice-Presidente; **Roberto Duque Estrada de Sousa** - 2º Vice-Presidente
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit - Conselheiro; **Arnon Affonso de Farias Mello Neto** - Conselheiro; **Tulio Capeline Landin** - Conselheiro;
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto - Suplente; **Pedro Alberto Guimarães Filho** - Suplente; **Ana Maria Monteiro de Carvalho** - Suplente;
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - Suplente; **Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello** - Suplente.

DIRETORIA

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - Diretor-Presidente; **Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho** - Diretora Vice-Presidente;
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - Diretor de Relações com Investidores e Diretor; **Flavia Coutinho Martins** - Diretora; **Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães** - Diretor.

Marcelo Schmid Martins - Contador - CRC- RJ-112341/O – CPF 079.697.057-23

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Na qualidade de diretores da MONTEIRO ARANHA S.A., companhia aberta inscrita no CNPJ sob o nº 33.102.476/0001-92, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101-parte, Leblon, CEP 22430-060, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, assim como com as opiniões expressas no parecer da Ernest & Young Auditores Independentes S.S., e autorizamos sua divulgação aos acionistas.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho; Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho; Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello; Flavia Coutinho Martins; Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas, **Monteiro Aranha S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monteiro Aranha S.A., ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monteiro Aranha S.A. em 31/12/2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Avaliação de influência significativa na investida Klabin S.A:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14 a Monteiro Aranha S.A. detém 4,49% da Klabin S.A. ("Klabin"), percentual inferior ao destacado pelo CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e no IAS 28 - *Investments in Associates and Joint Ventures* como indicadores de influência significativa em uma investida. Por esse motivo a Diretoria precisa exercer julgamento e buscar outros indicativos para determinar a existência dessa influência significativa na investida que suporte a consequente aplicação do método de equivalência patrimonial para valorização desses investimentos. A existência de influência significativa por investidor geralmente pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de Administração ou na diretoria da investida; (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições; (c) operações materiais entre o investidor e a investida; (d) intercâmbio de diretores ou gerentes; e (e) fornecimento de informação técnica essencial. O saldo de investimento que a Companhia possui na investida perfaz o montante de R$257.541 mil na controladora e no consolidado que representam 11,95% do ativo individual e 11,94% ativo consolidado da Companhia em 31/12/2021. Adicionalmente, durante o ano de 2021 a Companhia registrou o montante de R$172.462 mil na controladora e no consolidado, relativo a receitas de equivalência patrimonial advinda do resultado apurado pela investida. A avaliação da influência significativa nos investimentos que a Companhia possui na Klabin foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria considerando a magnitude dos valores envolvidos, o percentual de participação abaixo de 20% que a Companhia possui na investida e o fato do processo de avaliação da influência significativa nesses casos envolver a avaliação de outros aspectos qualitativos e de julgamento com utilização de informações subjetivas. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) procedimentos de indagação aos representantes da Companhia no Conselho de Administração da investida; (ii) avaliação da assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração dos representantes da Companhia na investida; (iii) inspeção de atas de reunião e acordo de acionistas da investida que evidenciam como serão a distribuição das cadeiras no Conselho de Administração; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas para determinação da influência significativa na investida. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento do investimento na investida Klabin, pelo método da equivalência patrimonial, mediante existência de influência significativa na investida, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A Diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Felipe Sant'Anna Vergete
Contador CRC-1RJ106842/O-6

ICP Brasil

MONITOR MERCANTIL
SA:27897172000166
2022.04.08 15:51:02 -03'00'

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br